

PROGRAMA  
ESTRATÉGICO  
DE

DESENVOLVIMENTO

VERSÃO PRELIMINAR. SUJEITA A APROVAÇÃO E REVISÃO

ÁREA ESTRATÉGICA  
IX

IX.1 - EDUCAÇÃO

PARTE I  
OBJETIVOS, DIRETRIZES E  
INSTRUMENTOS DE AÇÃO

JANEIRO - 1968

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA: Tarso Dutra

MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL: Helio Beltrão

GRUPO DE TRABALHO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO (x)

Educação

Representante do Ministério da Educação e Cultura:

Prof. Edson Franco

Representante do Conselho Federal de Educação:

Padre José de Vasconcelos

Representante do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral:

Arlindo Lopes Corrêa

---

(x) Aos Grupos de Trabalho, após a aprovação do "Programa Estratégico", caberá formular os instrumentos necessários à sua implementação.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO

ÁREA ESTRATÉGICA IX

IX.1 - EDUCAÇÃO

PARTE I:

OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Versão Preliminar, Sujeita a Revisão e Aprovação

Janeiro, 1968

## Í N D I C E

Cap. I	- GRANDES OBJETIVOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS .....	3
	I.1 - Introdução .....	3
	I.2 - Objetivos da Educação Brasileira no Triênio 1968-1970 .....	5a
Cap. II	- DIAGNÓSTICO (SÍNTESE) E DIRETRIZES. RESUMO DO "PROGRAMA ESTRATÉGICO" .....	6
	II.1 - Diagnóstico da Educação Brasileira (Síntese) .....	6
	II.2 - Diretrizes do "Programa Estratégico" ...	8
	II.3 - Resumo do "Programa Estratégico" .....	10
Cap. III	- METAS GLOBAIS DO "PROGRAMA ESTRATÉGICO" .....	17
	III.1 - Introdução .....	17
	III.2 - As Metas de Mão-de-Obras em Termos de Perfis Educativos .....	20
	III.3 - As Metas do Ensino Básico .....	23
	III.4 - Metas Quantitativas do Sistema Educacional Brasileiro .....	25
	III.5 - Metas Intermediárias do Plano .....	26
Cap. IV	- METAS ESPECÍFICAS DO PROGRAMA ESTRATÉGICO .....	28
	IV.1 - Introdução .....	28
	IV.2 - Mão-de-Obra Industrial .....	29
	IV.3 - Profissionais de Nível Superior Relacionados com o Setor Econômico Secundário .....	32
	IV.4 - Mão-de-Obra Rural .....	36
	IV.4.1 - Nível Médio .....	36
	IV.4.2 - Profissionais de Nível Superior .....	37
	IV.5 - Profissionais de Ciência e Saúde .....	37
	IV.6 - Metas para o Ensino Normal .....	39
	IV.7 - Metas para o Ensino Pré-Primário .....	40
	IV.8 - Educação de Adultos e Erradicação do Analfabetismo .....	41

Cap.	V - MEDIDAS NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DO	
	PROGRAMA ESTRATÉGICO .....	44
	V.1 - Introdução .....	44
	V.2 - Reforma Administrativa do Ministério	
	e das Secretarias de Educação .....	44
	V.3 - Medidas Preconizadas no Ensino	
	Primário .....	47
	V.4 - Medidas Preconizadas na Educação	
	de Adultos .....	55
	V.5 - Medidas Preconizadas no Ensino Médio ....	58
	V.6 - Medidas Preconizadas no Ensino	
	Superior .....	65
Cap.	VI - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA .....	77
	VI.1 - Introdução .....	77
	VI.2 - Recursos Internos .....	77
	VI.2.1 - Recursos Públicos .....	77
	VI.2.2 - Recursos Privados .....	78
	VI.3 - Recursos Externos .....	78
	VI.4 - Considerações Finais .....	79

## CAPÍTULO 1

### GRANDES OBJETIVOS DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

#### I.1 - INTRODUÇÃO

.. .. Simultaneamente com a contenção da inflação, o "Programa Estratégico" define os seguintes objetivos básicos:

- a) aceleração do desenvolvimento;
- b) progresso social;
- c) expansão das oportunidades de emprego de mão-de-obra.

Essa formulação, que se funda numa visão integrada do desenvolvimento(x), leva a colocar a Educação como instrumento de maior alcance para a consecução daqueles objetivos econômicos e sociais, organicamente.

A Educação como instrumento de aceleração do desenvolvimento pode ser melhor considerada se, como se fez ao apresentar a "Estratégia de Desenvolvimento", levarmos em conta como função de produção em que o produto nacional (valor dos bens e serviços finais produzidos no país, no período de um ano) resulta de três fatores básicos: capital físico, trabalho e progresso tecnológico. O papel da Educação em relação ao crescimento do produto compreende, então, dois aspectos:

- a) o da preparação de recursos humanos para os programas setoriais, a um dado nível de tecnologia (ou seja como se o nível de qualificação do fator trabalho permanecesse constante);

---

(x) Visão integrada que constituiu a tônica da Encíclica "Populorum Progressio". A encíclica começa acertuando: "A situação presente do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais". E ao falar de programas e planejamento salienta: "Dizer desenvolvimento é, com efeito, preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento econômico".

b) o da preparação de um novo tipo de recursos humanos e de um novo quadro institucional, para permitir e, se possível, liderar o processo de desenvolvimento tecnológico.

Como instrumento de progresso social, a função principal da Educação brasileira será a de dar participação nos resultados do desenvolvimento a todas as categorias sociais criar o quadro institucional necessário para a valorização do homem brasileiro, e, notadamente, assegurar a democratização de oportunidades, através:

a) da garantia de um certo número de anos de escolaridade a toda a população escolar, a qual gradualmente atingirá a todas as regiões do País;

b) da garantia de acesso dos mais capazes ao ensino superior, corrigindo as distorções existentes.

Como instrumentos de expansão de oportunidades de emprêgo, a Educação deverá preocupar-se, de um lado, através do ensino primário e do ensino médio básico, com a preparação geral (não especializada) do estudante para a vida de trabalho numa sociedade moderna; e, de outro lado, com a qualificação da mão-de-obra mediante ensino técnico a nível médio e superior. Esse treinamento de recursos humanos, constituindo economias externas para as empresas, em boa parte poderá neutralizar os incentivos à maior utilização relativa do fator capital que os programas de intensificação de investimentos geralmente contêm.

Após essa caracterização dos grandes objetivos da Educação brasileira, em função dos objetivos básicos do desenvolvimento econômico e social do País, cabe examinar melhor as relações entre Educação e Desenvolvimento. Embora constitua noção comum, é importante, do ponto de vista de programação, salientar que a política educacional contribui para o desenvolvimento sob dois aspectos: o da educação formal, a nível primário, médio e superior, especializado ou não; e o da educação "informal", inclusive no próprio trabalho. Para este último as

pecto, que desempenhou extraordinário papel na industrialização brasileira do pós-guerra, também se deve voltar a atenção da política do Governo, criando condições de maior rendimento.

Outro tipo de relação a desenvolver é o que diz respeito à integração entre os programas de Educação e Ciência e Tecnologia. A dois níveis principais essa integração deve ocorrer:

a) ao nível da reorientação que se faz necessária, na Universidade brasileira, no tocante à formação básica de pessoal nas áreas de ciência e tecnologia;

b) ao nível dos programas de pesquisa científica e tecnológica, principalmente com relação aos projetos do Plano Básico de Pesquisa Científica e Tecnológica.

A necessidade de que os dois níveis estejam bem integrados, para que um seja a consequência natural do outro, e para prevenir uma distinção artificial entre pesquisa básica e pesquisa tecnológica, torna essencial conduzir as duas políticas, a de Educação e a de Ciência e Tecnologia, de forma consistente e com vistas sempre voltadas para os objetivos básicos anteriormente definidos.

## I.2 - OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO TRIÊNIO 1968-1970

A última década assistiu a um extraordinário esforço de expansão do sistema de ensino no Brasil, sob a coordenação do Ministério da Educação e Cultura. A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação forneceu a orientação básica capaz de permitir à União, Estados e Municípios, uma divisão de trabalho, indispensável à conjugação de esforços e ao desenvolvimento integrado da ação governamental.

Nos últimos anos, todavia, em vista da crescente convicção nacional da importância estratégica da política de Educação e Mão-de-Obra para a aceleração do desenvolvimento, vem crescendo a insatisfação, dentro e fora dos órgãos de governo responsáveis pela política educacional, em relação a um tratamento rotineiro da Educação.

A consciência dos resultados alcançados, principalmente em termos de expansão do sistema, deixa de ser satisfatória, pelo fato de que se passou a exigir - educadores, estudantes, corpo técnico do Ministério da Educação, responsáveis pela formulação da política e opinião pública em geral - crescentemente mais e mais, no tocante à produtividade dos recursos aplicados e ao ataque concentrado a certos problemas cruciais do setor educacional.

A orientação governamental no "Programa Estratégico" é, pois, no sentido de imprimir uma visão nitidamente reformista (no sentido construtivo) à condução destes assuntos básicos: "excedentes" de ensino superior, reforma universitária, atendimento de toda a população escolar primária, formação de técnicos para o desenvolvimento, etc. O final do presente capítulo e o diagnóstico do capítulo seguinte procuram identificar - sem pretensão a exauri-los - os principais desses problemas essenciais. Para todos eles, no elenco de programas e projetos prioritários, e na definição de medidas a adotar, apresentar-se-á uma programação objetiva, fundada em projetos estudados e a serem executados, ou já em execução. Dois requisitos são indispensáveis à solução de tais problemas, e nêles reside a preocupação fundamental do "Programa Estratégico":

a) - o seu estudo dentro de uma visão reformista e capaz de traduzir-se, concretamente, em programas e projetos;

b) - uma atitude dinâmica na concretização das soluções preconizadas. Ambos os requisitos demandam uma capacidade de execução dos órgãos governamentais, notadamente em nível federal e estadual, bem acima da que se vem observando. Daí a ênfase a ser colocada em um programa intensivo de treinamento de pessoal, a ser coordenado pelos Ministérios do Planejamento (IPEA) e da Educação, o qual deverá ter início já no primeiro semestre de 1968.

Cumprido, portanto, proceder à identificação dos objetivos do "Programa Estratégico" de Educação e Mão-de-Obra, nos níveis de educação primária, média e superior.

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar a idéia de que a escolarização do nível primário deve alcançar a totalidade da população; de que o ensino médio, também oferecido a todos, precisa representar, em numerosos casos, o término da escolarização formal, habilitando o indivíduo a ingressar, imediatamente, na força de trabalho, embora tornando-o apto a prosseguir, em qualquer época, um aprendizado de maior diferenciação; e de que os cursos universitários constituem o escalão mais elevado da educação nacional, devendo ser oferecidos, como oportunidade, aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível, capazes de levar o país à concretização de seus ideais democráticos e objetivos econômicos e sociais.

Tendo em vista êsses conceitos, a Educação brasileira deve, no período de 1968 a 1970, permitir um progresso que signifique decisiva consolidação da estrutura de capital humano do País, de modo a garantir aceleração do desenvolvimento sócio-econômico.

Para tanto, os sistemas de ensino médio-colegial e superior terão que levar em conta a formação de mão-de-obra especializada, sem deixar de oferecer uma educação geral adequada, capaz de possibilitar ao indivíduo um fácil ajustamento a formas novas de atuação, formas que, constantemente, surgem como resultado da rápida transformação imposta pelo avanço técnico-científico.

O treinamento da mão-de-obra - inclusive no tocante à aprendizagem no trabalho - assumirá importância crescente. À medida que se eleve o índice de escolarização média da população, tal treinamento ganhará em rapidez, pois a extensão da formação básica dos candidatos a ingresso na força de trabalho é decisiva para aquisição, mais ou menos acelerada, das técnicas especializadas exigidas pelo processo de produção.

Essa afirmativa repousa na verificação de que a velocidade com que ocorrem mudanças nas atuações de caráter técnico - não esquecido aí o avanço nos processos de automação - implica na necessidade de permanente re-treinamento individual, desaconselhando, portanto, cursos de longa duração, cuja finalidade única seria a aquisição de qualificações altamente especializadas que, apesar disso, correm o risco de ser facilmente ultrapassadas.

Gradualmente, introduzir-se-ão, no País, programas de treinamento que possibilitem às populações rurais a assimilação de uma tecnologia de transição para a agricultura moderna, sem esquecer que uma parcela dos que dêles se beneficiem, ao adquirir maior habilitação, tenderá a migrar para os centros urbanos.

O treinamento industrial, já convenientemente amadurecido no Brasil, especialmente em regiões que apresentam características similares às encontradas em países desenvolvidos, poderá assumir uma estrutura semelhante àquela encontrada nas referidas nações. Deverá tornar-se, assim, progressivamente, mais rápido e intensivo, repousando em educação de base mais completa e equilibrada.

O treinamento para o setor terciário, no qual as ocupações, por não serem suficientemente especializadas, não exigem, no momento, ampla diversificação dos cursos respectivos, deverá tender a uma diferenciação crescente, para atender às complexidades do processo de desenvolvimento.

A educação deverá significar, cada vez mais, fator de redistribuição de renda, pois que, atingindo camadas cada vez mais amplas da população brasileira, irá dotá-las de instrumentos que as levem a um dinamismo ascensional na escala sócio-econômica.

Tal mobilidade social deverá ser estimulada através de uma hierarquização pelo mérito, garantida a democratização das oportunidades, condição que irá diminuir o desperdício das potencialidades de um representativo contingente jovem do País. Comportar-se-á, ainda, como instrumento de grande eficácia no sentido de precipitar o processo de mudança de atitudes da sociedade brasileira, modernizando-a convenientemente.

Ajustado o ensino às novas realidades, procurar-se-a, na medida do possível, integrar a população infantil rural em um processo educativo basicamente igual ao urbano - de modo a permitir a urbanização sem marginalização - mas, com ligeiras diferenças nos métodos pedagógicos, que deverão levar em conta a realidade do ambiente em que se situa a escola.

A educação brasileira deverá promover as condições necessárias ao desenvolvimento comunitário, procurando canalizar convenientemente as aspirações da coletividade em favor da eficiência do sistema educacional, constituindo-se a escola em centro da comunidade, particularmente nas áreas menos desenvolvidas. Prosseguirá o sistema educacional inspirado nos princípios de liberdade individual e bem estar coletivo, visando ao aperfeiçoamento do processo histórico nacional, cuja evolução será, necessariamente, condicionada pelas aspirações de democratização de oportunidades e pelas exigências do desenvolvimento econômico.

Criando em cada cidadão a noção de responsabilidade e coparticipação no processo de desenvolvimento, a educação

deve motivar os grupos populacionais para o esforço coletivo que gera o progresso.

A disponibilidade de capital humano - em quantidade e qualidade adequadas às necessidades crescentes do País - bem como a formação de uma sociedade ávida de contribuir para um desenvolvimento integrado da coletividade, são fator de segurança nacional, não traduzida por atitudes apenas, mas sim, por fatos concretos, resultantes de uma consciência clara das exigências do interesse nacional.

As diretrizes que devem ser observadas no triênio, de modo a permitir sejam alcançados esses objetivos da educação brasileira, acham-se especificadas, em termos de metas e medidas concretas, nos capítulos seguintes, após a realização de um diagnóstico condensado.

## CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO (SÍNTESE) E DIRETRIZESRESUMO DO "PROGRAMA ESTRATÉGICO"

Numerosos obstáculos têm dificultado que os objetivos visados para o setor educacional brasileiro sejam integralmente alcançados.

A educação não vem representando instrumento adequado para o desenvolvimento de nossa sociedade: não tendo contribuído para a formação de recursos humanos em quantidade e qualidade adequadas às exigências do mercado de trabalho do País, não agiu, tampouco, na medida desejável, para aperfeiçoar o processo de democratização de oportunidades.

O "Programa Estratégico" de Educação visa, principalmente, a eliminar os fatores que ocasionam as falhas do processo, permitindo que o setor venha a dar uma contribuição decisiva para a realização dos objetivos econômicos e sociais do País.

II.1 - Diagnóstico da Educação Brasileira (Síntese)

A análise da educação brasileira, apoiada nos dados disponíveis, colhidos em estudos e pesquisas já realizados, aponta como principais problemas:

No ensino primário:

- a) o elevado número de reprovações, e, conseqüentemente, de repetências, principalmente na primeira série;
- b) a deserção escolar (cuja causa principal é a própria reprovação).

O grande número de reprovações na primeira série (57% em 1965) traz como conseqüência imediata a repetência (60% dos alunos de 1ª série são repetentes) e um congestionamento da escola, diminuindo o número de vagas disponíveis para as crianças que, atingida a idade escolar, a ela afluem. Essa situação representa a dificuldade inicial encontrada no sistema que não propicia a real democratização das oportunidades, de vez que numerosas crianças não alcançam, na época adequada, a instrução primária.

As causas da elevada percentagem de reprovação e deserção escolar são intrínsecas ou extrínsecas ao organismo escolar.

As causas extrínsecas derivam do estágio de subdesenvolvimento do País. Entre elas podem-se citar, como condicionadoras de falta de frequência à escola, simplesmente para exemplificar, as seguintes: deficientes condições sanitárias (nestas incluídas a má alimentação), as quais determinam a incidência frequente de moléstias; pobreza, que impõe a insuficiência de vestuário, particularmente de calçado, e a necessidade de contar com a remuneração do trabalho do menor para a manutenção da família; falta de meios adequados de transporte, etc. É preciso não esquecer, também, que o baixo nível cultural da família faz com que a escola seja considerada um luxo e que a falta de escolarização não seja considerada um mal.

As causas intrínsecas mais aparentes estão ligadas aos problemas da falta de preparo pedagógico do professorado, às questões de deficiência de instalações e equipamento didático, aos horários escolares demasiadamente exíguos e a currículos inadequados ao meio a que se destinam.

#### No ensino médio:

No primeiro ciclo nota-se a insuficiência do número de vagas disponíveis na rede de ensino público, ao lado do escasso rendimento escolar, o que é causado pela falta de professores, com formação conveniente, especialmente de ciências e práticas educativas do ginásio polivalente. A injustificável diversificação do ginásio que deveria ser um tronco comum, com amplas perspectivas vocacionais para os estudantes além de currículos e métodos de ensino inadequados, são responsáveis pelas falhas notadas nos resultados obtidos no ensino de grau médio. Somam-se a êsses, e os agravam, no segundo ciclo, a falta de equipamento adequado para a formação de profissionais de grau médio, aptos a guarnecer, imediatamente, os setores de produção que dêles estão ávidos, bem como os "déficits" de professores para as matérias específicas dos ramos técnicos.

No ensino superior, em que se assinala o paradoxo da coexistência de grande volume de "excedentes" na procura de certas escolas de formação profissional, com a de elevados índices de capacidade ociosa em outras, resultando na super ou subutilização de recursos humanos e materiais, impõe-se corrigir:

- a) a inadequada disponibilidade de vagas para matrículas em cursos profissionais considerados de significado prioritário para o desenvolvimento;
- b) a injustificável preferência por determinados cursos, em detrimento de outros de igual significado estratégico, condicionando o crescimento desordenado da rede de escolas superiores;
- c) a ausência de planejamento, nas escolas, para a utilização dos recursos humanos, espaços, instalações e equipamentos, gerando o problema da "capacidade ociosa";
- d) a diversificação falha dos currículos para a qualificação múltipla que o mercado de trabalho está a exigir;
- e) a deficiente qualidade do ensino não raro decorrente do precário sistema de financiamento da entidade escolar e da remuneração inadequada do corpo docente.

## II. 2 - Diretrizes do "Programa Estratégico"

De acordo com o "Programa Estratégico de Desenvolvimento", são as seguintes as diretrizes a observar nos vários níveis de ensino:

### No ensino primário:

Deve-se enfrentar e resolver o grave problema do trinômio "reprovação-repetência-deserção", que se conjugam, lesando a população escolarizável; consoante esquema já em início de execução, será promovido um programa destinado a atender integralmente, em prazo médio, à população em idade escolar, especialmente nos grandes núcleos urbanos. Esse programa, denominado "Operação-Escola", alcançará, progressivamente, um número mínimo de anos de es-

colaridade obrigatória para todos os brasileiros, o que constitui fator decisivo na luta pela erradicação do analfabetismo. Ao lado disso, desenvolver-se-á o "Movimento Brasileiro de Alfabetização", através de Fundação criada, como se explicará adiante.

No ensino médio:

Visar-se-á à expansão rápida da rede de ensino público e, simultaneamente, à do sistema de bolsas. A expansão se fará sem prejuízo da melhoria da qualidade do ensino, dando-se particular ênfase à formação de técnicos de nível médio, no curso colegial, e à criação da escola orientada para o trabalho, no curso ginásial.

No ensino superior:

Haverá concentração de esforços no sentido de atender à necessidade de expansão prevista com relação às carreiras profissionais consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico-social (profissões da saúde, engenharia, química, etc.). Paralelamente, dever-se-á cuidar, com grande ênfase, do estudo e desenvolvimento de um programa que vise à formação de pessoal intermediário (profissionais de nível superior com menor número de anos de escolarização), quando cabível, em termos das diversas profissões. O aumento da capacidade de atendimento da rede de estabelecimentos de ensino superior deverá, em uma primeira fase, partir da melhor utilização das instalações e equipamentos existentes e, a seguir, basear-se em uma política racional de construções funcionais, sem aparato, dentro de planos pré-estabelecidos. O problema, crônico e universal, dos chamados "excedentes" será encarado com objetividade, na forma a ser indicada, buscando-se soluções a curto e médio prazos, que atendam aos interesses individuais e sociais a considerar. Será necessário enfrentar, com realismo, os problemas criados pela remuneração inadequada do corpo docente do

magistério superior, dentro de esquema a ser apresentado, equacionando-os em termos de eficiência do ensino e do trabalho científico, em sentido amplo. Haverá modificação progressiva do sistema de financiamento do ensino superior, com abolição da gratuidade indiscriminada, nos estabelecimentos federais, e das subvenções automáticas às instituições estaduais e privadas. Esta estratégia está desdobrada e detalhada nos capítulos seguintes, que descrevem e quantificam os programas prioritários a desenvolver no setor educacional brasileiro, nos próximos três anos.

### II.3 - Resumo do "Programa Estratégico"

Diagnosticada a atual situação do ensino em seus três níveis, será possível estabelecer as metas quantitativas, buscando-se traduzir em números de matrículas o esforço a ser feito nesse campo, como se verá no próximo capítulo. Foram, inicialmente, determinadas as metas globais, isto é, as matrículas por nível e por série, ano a ano, através de dois modelos: um econômico ("modelo de mão-de-obra") e outro sócio-cultural.

Obtidos os resultados relativos a matrículas globais, para os anos em causa, passou-se ao segundo conjunto de metas, isto é, à dimensão a ser dada ao incentivo às profissões consideradas "estratégicas" para o desenvolvimento do País. Foram apresentadas, em termos de matrículas, as necessidades brasileiras para determinadas profissões de nível superior, bem como as de técnicos industriais e agrícolas, de nível médio, e as de professoras primárias.

O modelo econômico prevê que a percentagem de pessoas, com nível superior de educação, na fôrça de trabalho, aumente de 1,00% (em 1965) para 1,20% (em 1970), sendo o aumento de pessoal de nível médio, de 2,70% para 3,40% (nos mesmos anos). A previsão se reflete no sistema educacional através de uma taxa de crescimento média de 9% a.a. nas matrículas do ensino superior, no

período 1968-70 e de 10,3% no ensino médio colgial.

Far-se-á também, a seguir, a apresentação das medidas que se impõem para o atingimento das metas específicas, além de estabelecer as normas da Reforma Administrativa prevista. Tais medidas, a serem executadas através de programas e projetos específicos, dizem respeito aos três níveis de ensino.

Na educação primária, estabelece-se:

- a) cumprimento da obrigatoriedade escolar na faixa etária de 7 a 14 anos, nas Capitais e nos grandes centros urbanos ("Operação-Escola");
- b) reformulação do ensino primário, visando à sua qualidade, estrutura comunitária e integração, em continuidade, com o ensino médio;
- c) assistência ao educando (alimentação, serviços de saúde, material escolar, etc.);
- d) aperfeiçoamento do magistério;
- e) criação de melhores condições para o trabalho do professor;
- f) mudança do sistema de promoção;
- g) utilização de recursos audio-visuais no ensino;
- h) expansão criteriosa da rede de escolas públicas;
- i) erradicação do analfabetismo nas Capitais, na faixa etária de 15 a 30 anos.

Na educação média:

- a) a reformulação do ensino ginásial, de modo que êle venha a constituir, com o nível primário, um sistema fundamental contínuo, capaz de atender à elevação dos padrões qualitativos, assegurando a formação básica do educando para atuar nas atividades da indústria, agricultura e serviços, após treinamento intensivo e rápido para o trabalho;
- b) expansão da rede de ensino;

- c) ampliação e melhoria do sistema de bolsas de estudos;
- d) melhores condições para o trabalho docente, inclusive assegurando melhor e mais adequado sistema de remuneração;
- e) elevação do nível do pessoal docente, técnico e administrativo, notadamente nas áreas do ensino mais relacionadas com o desenvolvimento;
- f) formação e treinamento de professores de ciências, disciplinas específicas de ensino técnico e práticas educativas;
- g) expansão dos programas de equipamento escolar, especialmente de salas-ambiente, oficinas para os ginásios orientados para o trabalho e para os colégios industriais;
- h) aperfeiçoamento profissional do pessoal técnico de nível médio colegial.

Na educação superior:

- a) concretização da Reforma Universitária, acompanhada de revisão curricular, flexibilidade administrativa e convivência universitária, mediante:
  - associação progressiva das instituições isoladas de ensino superior às Universidades da região em que se situam;
  - implantação de institutos de formação básica universitária;
  - remuneração condigna do pessoal docente e técnico dedicado ao ensino e à pesquisa, a fim de atender à relevância da função, à seleção de valores e ao aproveitamento integral nas respectivas atividades (conforme esquema a ser apresentado);

- estruturação, já assegurada, da carreira do magistério, de forma a que o acesso do docente dependa, essencialmente, de condições de estágio e de capacidade profissional;
- ampliação e diversificação da formação superior, inclusive de profissionais de nível intermediário, em cursos de menor duração, para atender às demandas do mercado de trabalho;
- maior captação de recursos diretos da comunidade, para custeio e financiamento do sistema;
- b) ampliação das matrículas, especialmente nas modalidades profissionais consideradas prioritárias pelo seu caráter social e interêsse no processo de desenvolvimento econômico nacional ("Operação-Produtividade");
- c) intensificação da pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, a fim de formar pessoal docente qualificado e proporcionar recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento;
- d) implantação ou desenvolvimento das atividades de pesquisa, bem como integração da Universidade ao meio, inclusive com adaptação dos currículos às características regionais; ênfase no tocante aos projetos prioritários do "Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico";
- e) assistência ao estudante, de forma coordenada e em função de sua situação econômica e aproveitamento escolar;
- f) aproveitamento integral da capacidade física das instituições de ensino, com a utilização de todos os horários válidos (Operação Produtividade);

- g) programa de obras e equipamento dos institutos universitários, orientado no sentido de evitar desperdício de recursos e de assegurar a eficiência sem aparato (programa conjugado à "Operação-Produtividade");
- h) modificação do sistema de financiamento, com gradual eliminação da gratuidade generalizada e modificação do regime de subvenções às unidades de ensino privado.

Para que se possam efetivar tais medidas, tornar-se-á necessária uma concentração decisiva dos esforços solidários da União, Estados, Municípios e iniciativa privada, no setor educacional. Ao incremento da aplicação solidária de recursos deve corresponder, paralelamente, um movimento substancial para a racionalização de sua utilização, de modo a auferir-se um rendimento adequado, em termos de aperfeiçoamento do sistema educacional brasileiro.

A União, exercendo sua função supletiva no setor de ensino, implementará - direta ou indiretamente - programas prioritários de grande expressão nos campos de:

- a) Expansão da capacidade de atendimento da rêde escolar;
- b) formação de mão-de-obra;
- c) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal docente e administrativo;
- d) assistência ao estudante (material e alimentação escolar);
- e) levantamentos e pesquisas.

A ação federal guiar-se-á por critérios reguladores que assegurem o êxito dos programas, dando-se especial atenção a seu acompanhamento e avaliação, de modo a permitir a reformulação de todos os projetos e atividades cujos benefícios não sejam considerados suficientes para o atingimento das metas previstas.

Realizados os esforços preconizados no Programa Estratégico, a educação brasileira atingirá seus objetivos primordiais: a formação de uma estrutura de recursos humanos condizente com as necessidades econômicas do País e o aprimoramento do processo de democratização de oportunidades, indispensáveis ao seu aperfeiçoamento político e social.

Realmente, o Programa objetiva manter no Brasil um sistema integrado de formação de mão-de-obra, sem os hiatos e lacunas observados atualmente. A aprendizagem permitirá que os jovens egressos da escola primária se habilitem adequadamente para as tarefas produtivas; paralelamente ao ginásio polivalente, no qual se fará a sondagem de aptidões, existirá um sistema de treinamento rápido para o trabalho, com várias gradações de qualificação; os colégios industriais, agrícolas e comerciais fornecerão os técnicos de grau médio exigidos pelo mercado de trabalho; no ensino superior, estabelecer-se-ão carreiras curtas para preparar pessoal de nível intermediário, entre os técnicos de grau médio e os profissionais formados em carreiras longas; dos cursos de Mestrado e Doutorado, no ápice do sistema educacional, sairão os docentes para o início de carreira no magistério superior e os pesquisadores, cujo poder multiplicador e criador é essencial ao progresso brasileiro.

O "Programa Estratégico", do mesmo modo, contribuirá para aperfeiçoar decisivamente o processo de democratização das oportunidades, através da educação. Serão criadas condições para que a seletividade escolar não se faça prematuramente, de modo a diminuir a influência que sobre ela exerce a posição individual na escala social e econômica. Para isso, ao nível do ensino básico, impôr-se-á a obrigatoriedade escolar, incrementar-se-ão os programas de assistência ao estudante, procurando-se ministrar um ensino de qualidade homogênea - embora com características dis

tintas - em todo o território nacional. No mesmo sentido, expandir-se-ão as oportunidades de educação gratuita ao :nível de ensino médio, modificando-se o sistema de gratuidade indiscriminada no ensino superior, resquício de um sistema de privilégios que se deseja substituir pela efetiva democratização de oportunidades.

METAS GLOBAIS DO "PROGRAMA ESTRATÉGICO"III.1 - Introdução

A escolha da metodologia a ser utilizada na elaboração de um plano deve considerar a natureza dos objetivos que se propõem a atingir, além de prever os obstáculos que se poderão antepôr à sua consecução. A metodologia escolhida é, assim, o reflexo de uma problemática, definindo, também, toda uma filosofia de ação. É preciso considerar, por outro lado, que o enfoque dado ao setor educacional deve ser integrado, isto é, levando em conta e analisando todas as suas implicações sociais, culturais, políticas e econômicas.

Colocada a questão nesses termos, se fôr considerado que o ensino básico - que se pretende gradualmente universalizado - abrangendo os níveis primário e ginásial, não se destina principalmente a capacitar, diretamente, o homem para as atividades de produção, mas sim, a propiciar-lhe a base mínima para o posterior treinamento para o trabalho, a metodologia de programação adotada dar-lhe-á um tratamento econômico limitado, atendendo-se primordialmente a objetivos de caráter social.

Para os níveis de ensino médio-colegial e superior, todavia, em face de suas finalidades de maior sentido profissional e em vista do objetivo primordial deste Programa - que visa a formação de uma estrutura de recursos humanos capaz de contribuir decisivamente para os fins de desenvolvimento - o tratamento deve ser nitidamente econômico.

Desta forma, procurou-se utilizar uma combinação de metodologias de planejamento - dotada de consistência interna -

que atendesse às implicações econômicas do processo educativo, ao mesmo tempo que não perdesse de vista seus aspectos sociais. Deve ser observado, contudo, que tanto a escolha da metodologia como a sua utilização foram limitadas pela falta de disponibilidades amplas de informações estatísticas básicas(+).

Entre as práticas usuais de planejamento educacional, situa-se o grupo de metodologias englobadas sob a denominação genérica de modelo de mão-de-obra ("manpower approach"), que visa determinar as necessidades de mão-de-obra e, conseqüentemente, as necessidades educativas a elas associadas(++). Uma de suas variantes, por parecer ajustar-se melhor às informações básicas existentes no Brasil, bem como às peculiaridades nacionais, foi adaptada para uso no nosso modelo de caráter econômico(+++). Tal modelo foi posteriormente completado por outro, do tipo modelo cultural ("cultural approach"), a fim de atender às implicações políticas e

---

(+) Para efeito de substancial aperfeiçoamento da programação de recursos humanos no Brasil e, particularmente, de sua base estatística, O Ministério do Planejamento, através do IPEA, está procedendo à estruturação de um Centro de Recursos Humanos, Além disto, colaborará, intensamente, na pesquisa sobre Mão-de-Obra no Brasil ("Manpower Survey") que a Fundação Getúlio Vargas realizará a partir do início de 1968.

(++) Exemplos dos mais conhecidos é o chamado "Projeto Regional Mediterrâneo", desenvolvido pela OECD.

(+++) Trata-se de um adaptação do modelo desenvolvido pelo economista Mariano Ramirez, técnico da OEA, que prestou assistência técnica ao IPEA. Foi adotado anteriormente pelo "Conselho Superior Universitário Centro Americano"(CSUCA), no Plano de Recursos Humanos da América Central.

sociais do processo educacional e de modo a compatibilizar-se a evolução qualitativa e quantitativa do sistema de ensino básico com as tendências demográficas brasileiras. A escolha dos modelos, assim, foi realizada em harmonia com os objetivos da educação nacional, expressos no capítulo anterior.

O trabalho, no modelo econômico, desenvolveu-se em duas etapas: inicialmente, determinou-se a variação desejável do perfil educativo do estoque da força de trabalho entre sua última e efetiva mensuração (1960) e um ano-meta; em seguida, procurou-se traduzir a demanda de mão-de-obra daí derivada em termos de níveis educativos da população e, portanto, de conclusões de curso e matrículas.

O grau de agregação foi elevado, não só por necessidade de simplificação como, também, por limitações de natureza estatística. Trabalhou-se com três setores econômicos, seis grupos ocupacionais e quatro níveis educativos. Procurou-se minimizar os efeitos desse procedimento, como se verá no capítulo seguinte, tratando isoladamente e com maior detalhe, certas categorias estratégicas da mão-de-obra.

As metas de mão-de-obra e matrículas, encontradas a partir do primeiro modelo, a seu maior nível de agregação, não derivaram da simples consideração de necessidades econômicas: levaram em conta deficiências na utilização dos recursos humanos do País constatadas no passado - consideração da tendência - e também atenderam à possibilidade e conveniência de aprimorar o rendimento do sistema educacional brasileiro, através da adoção de inúmeras medidas de elevação de eficiência, apontadas em capítulo posterior.

A orientação principal foi, entretanto, econômica: o modelo indicou as metas educacionais a serem atingidas a partir das necessidades de mão-de-obra mas, sobre isso, projetaram-se alguns condicionamentos do passado recente vivido pelo País.

Todavia, como já foi dito, inúmeras implicações de conteúdo humano, político e social, que transcendem a esfera econômica, levaram à construção de um segundo modelo, do tipo modelo cultural (†). A partir de considerações sobre algumas características qualitativas e quantitativas do sistema educacional e da população - distribuição espacial (rural e urbana) e por faixas etárias - e tendo em vista o objetivo de democratização de oportunidades, prioritário neste Plano, foram dimensionados as necessidades de matrículas nos cursos primário e de 1º ciclo médio.

O segundo modelo substitui o primeiro no que se refere à educação básica (primária e ginásial), com metas distintas das que se encontrariam com a adoção exclusiva do modelo econômico e supõe, implícitamente, a imprescindibilidade de se introduzir uma série de reformas estruturais e qualitativas no sistema educacional, sem as quais este Plano não poderia atingir integralmente seus objetivos.

De qualquer maneira, deve ser observado que o objetivo principal da fixação dessas metas quantitativas para o sistema educacional brasileiro é o de permitir conhecer a ênfase relativa a ser colocada nos diversos níveis de ensino em termos não apenas de investimentos financeiros, mas também de melhoria qualitativa a ser conseguida em cada um deles.

O anexo A (Parte III deste Programa) contém uma descrição ampla das duas metodologias adotadas e dos resultados quantificados derivados de sua aplicação, que estão resumidos nas seções seguintes.

### III.2 - As Metas de Mão-de-Obra em Termos de Perfis Educativos

Foi determinada, quando da elaboração do modelo eco-

---

(†) Trata-se de adaptação de modelo formulado pelo técnico da UNESCO, Jacques Torfs, que presta assistência técnica ao CEOSÉ (grupo de assistência em planejamento educacional aos Estados).

nômico, a variação a ser sofrida pelo estoque brasileiro de mão-de-obra, em termos de quantidade e de qualidade de seus componentes, classificados quanto a níveis de educação.

A variação do nível de preparação da mão-de-obra foi calculada em função das notas de crescimento da produtividade e de modificação na distribuição da mão-de-obra pelos três setores econômicos. Para as projeções, adotou-se uma combinação de métodos derivados de comparações internacionais e com base na consideração da tendência histórica verificada no Brasil.

Observa-se que o objetivo a ser atingido consiste na diminuição progressiva das parcelas percentuais da força de trabalho de "nível primário" e "restante", com aumento conseqüente das de "nível médio" e "nível superior"(+).

O Quadro 1 ilustra o exposto, apresentando, em termos absolutos e relativos, o perfil educativo da mão-de-obra em 1960 e 1965, juntamente com a situação recomendada para 1970. Observa-se que, neste ano, em relação a 1965, existirão mais cem mil (100.000) profissionais de nível superior e mais de novecentos mil (900.000) pessoas com curso colegial completo, na força de trabalho.

- 
- (+) A força de trabalho foi classificada, quanto a seu nível educacional, em quatro grupos:
- a) Superior - Formado pelos componentes da força de Trabalho com 16 ou mais anos completos de estudo.
  - b) Médio - engloba os que conseguiram completar 12 a 15 anos de estudo.
  - c) Primário - reúne as pessoas com 4 a 12 anos completos de estudo.
  - c) Restante - constituído pelos que não têm mais de 3 anos de estudo completos, inclusive os que não possuem nenhuma escolarização.

QUADRO 1

BRASIL: ESTIMATIVA DA DISTRIBUIÇÃO  
DO ESTOQUE DE MÃO-DE-OBRA POR NIVEL EDUCATIVO  
 ( 1 000 Pessoas)

	RELATIVOS			ABSOLUTOS		
	1960	1965	1970	1960	1965	1970
TOTAL	100,00	100,00	100,00	22 651	26 100	30 300
Resto	73,00	72,80	72,00	16 535	19 000	21 816
Primário	23,85	23,50	23,40	5 404	6 134	7 090
Médio	2,24	2,70	3,40	506	705	1 633
Superior	0,91	1,00	1,20	206	261	364

FONTE: Quadro A-19, Anexo A.

O modelo econômico, desta forma, pôde conduzir à de terminação do fluxo de matrículas nos níveis médio-colegial e superior (Quadros A-29, A-30 e A-31 do Anexo A). Como ficou dito, só se consideraram como derivados deste modelo, dentro dos objetivos do presente Plano, as matrículas do 2º ciclo do Ensino Médio e do Ensino Superior (Quadro 2), pois são estes os níveis educativos de caráter profissionalizante que, assim, devem ser dimensionados por meio de considerações primordialmente econômicas.

QUADRO 2BRASIL: MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (2º CICLO)E NO ENSINO SUPERIOR

(1968/1970)

(1 000 Matrículas)

SÉRIE ANO	MÉDIO (2º CICLO)			S U P E R I O R				
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª Série
1968	275,5	200,1	159,3	53,0	44,7	38,4	33,3	13,2
1969	294,5	229,8	185,1	58,5	48,6	40,7	34,5	16,8
1970	332,5	248,0	191,6	63,5	53,6	44,4	37,0	18,4

FONTE: Quadros A-30 e A-31 do Anexo A.III.3 - As Metas do Ensino Básico

As metas do ensino básico, primário e ginásial, obtidas do modelo sócio-cultural, são apresentadas no Quadro 3, ano a ano.

Neste modelo partiu-se do pressuposto de que os grandes problemas do ensino básico (especialmente do primário), cujas soluções necessitam encaminhamento imediato, dizem respeito sobretudo às diversas causas da reprovação, que redundam na evasão e/ou no congestionamento do sistema de ensino, pela presença de elevado número de repetentes.

Aparentemente, as metas quantitativas, no primário, são extremamente modestas, pois o crescimento das matrículas é reduzido. Todavia, ao analisar-se a distribuição de alunos pelas diversas séries desse nível, verifica-se a previsão de profunda alteração da sua estrutura quantitativa, em termos de rendimento es

colar. Em outras palavras, considerou-se que não se visa, idealmente, a manutenção de um sistema de ensino com elevado número de matrículas sem nenhuma preocupação com o rendimento dos estudantes e sim, um sistema educacional que propicie o incremento da escolarização média da população brasileira. Neste Programa, em que a parece menor o número de alunos da primeira série, o que decresce, na realidade, é a parcela dos repetentes, havendo incremento considerável do atendimento à população infantil que chega à idade escolar.

Deve-se frisar, ainda, que por falta de informações acêrca do nível educacional da população de 7 a 14 anos fora da escola, nas Capitais e grandes centros urbanos, o Quadro 3 não considera os resultados da implementação da "Operação Escola", prevista neste Programa e que, provavelmente, fará com que o atendimento real exceda as metas mínimas apresentadas. Definida a "Operação-Escola", no decorrer de 1968, poder-se-á obter projeções mais realistas.

QUADRO 3

BRASIL: MATRICULAS NO ENSINO PRIMÁRIO E NO  
ENSINO MÉDIO (1º CICLO)  
(1968/1970)  
(1 000 matrículas)

SÉRIE ANO	PRIMÁRIO				MÉDIO (1º CICLO)			
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
1968	4 570	2 285	1 808	1 314	1 094	538	388	309
1969	4 337	2 350	1 905	1 406	1 198	599	445	336
1970	4 133	2 416	2 015	1 530	1 287	672	513	373

FONTE: Quadro A-50, Anexo A.

Um dos objetivos principais dêste Programa é, assim, **eleva**r, ponderavelmente, o aproveitamento escolar no ensino básico e, em especial, na 1a. série do primário, diminuindo-se o número de repetentes de forma a poder atender a tôdas as crianças que chegam aos sete anos de idade.

### III.4 - Metas Quantitativas do Sistema Educacional Brasileiro

O Quadro 4, obtido a partir dos dois quadros anteriores, dá o total de matrículas, por nível de ensino, no período 1968-70.

#### QUADRO 4

#### METAS QUANTITATIVAS DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

(1968/70)

<b>NÍVEL</b> <b>ANO</b>	<b>PRIMÁRIO(+)</b>	<b>MÉDIO</b> <b>(1º Ciclo(++)</b>	<b>MÉDIO</b> <b>(2º Ciclo)</b>	<b>SUPERIOR (+++)</b>
1968	9 977	2 329	634,9	182,6
1969	9 998	2 532	709,4	199,1
1970	10 094	2 845	772,1	216,9
<b>Crescimento anual (%)</b>	0,6	10,5	10,3	9,0

( + ) Inclui só as 4 primeiras séries

(+ + ) Inclui as 5a. e 6a. séries primárias

(+ + +) Inclui só as 5 primeiras séries.

Observação O dimensionamento do ensino pré-primário e do programa de erradicação do analfabetismo resultou de metodologia distinta e específica conforme se verá no Capítulo III. As metas correspondentes não estão consideradas no quadro.

Verifica-se que apesar de as matrículas no ensino primário sofrerem incremento modesto no período, as matrículas nos outros níveis devem crescer a taxas elevadas (pela redução da repetência no primário), o que se traduzirá em fortes investimentos para a expansão dos ensinos médios (principalmente a curto prazo) e superior (em prazo mais longo).

### III.5 - Metas Intermediárias do Plano

As metas intermediárias são aquelas que se referem aos meios humanos e materiais necessários ao atingimento das matrículas previstas, nos diversos níveis: englobam salas de aula, pessoal docente, etc. Os diversos cálculos utilizados para a obtenção destas metas estão incluídos no Anexo C da Parte III, de modo que, a seguir, são apresentados apenas os resultados finais mais relevantes para o triênio 1968-1970. São essas cifras que permitem quantificar os dispêndios com a educação brasileira no triênio, dando origem a documento suplementar a este Plano ("Programa de Dispêndios e Área de Influência Administrativa na Educação Brasileira"), que define o esforço nacional a desenvolver no período 1968/1970.

O Quadro 5 consubstancia essas metas.

QUADRO 5

METAS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIÊNIO 1968/70

	TOTAL
<u>ENSINO PRIMARIO ( + )</u>	
Matrículas adicionais	220 000
Salas de aula adicionais	5 318
Professôres leigos treinados	96 000
Normalistas adicionais	56 776
<u>ENSINO MEDIO</u>	
<u>Ginásial (+ + )</u>	
Matrículas adicionais	727 000
Salas de aula adicionais	9 800
Novos professôres necessários	53 740
<u>Colegial</u>	
Matrículas adicionais	168 000
Salas de aula adicionais	1 660
Novos professôres necessários	10 500
<u>ENSINO SUPERIOR (+ + +)</u>	
Matrículas adicionais	49 000
Novos professôres necessários	6 390

( + ) Sòmente as quatro primeiras séries.

(++ ) Inclui as 5a. e 6a. séries primárias.

(+++ ) Sòmente as cinco primeiras séries.

CAPÍTULO IV  
METAS ESPECÍFICAS DO PROGRAMA ESTRATÉGICO

IV.1 - Introdução

As metas de matrículas para os níveis de ensino médio de 2º ciclo e superior, derivados do modelo de mão-de-obra ("manpower approach") carecem de maior detalhamento. Como apresentadas no Capítulo anterior, tais metas são de caráter muito global, deixando à expansão do sistema educacional um número exagerado de graus de liberdade. A não caracterização de prioridades, segundo modalidades de ensino, é incompatível com a imperiosa necessidade de harmonizar-se a escassez de recursos disponíveis - e portanto a taxa necessariamente limitada de incremento do atendimento escolar - com a satisfação de certos níveis mínimos de estoque de mão-de-obra em campos prioritários para o desenvolvimento econômico do País. Por esse motivo, procurou-se desagregar as projeções globais, dando tratamento específico a certas modalidades de ensino superior que formam profissionais estratégicos para o progresso nacional e sobre as quais se dispõe de melhores informações estatísticas, que possibilitam o detalhamento almejado. Para os profissionais a serem formados em carreiras curtas de nível superior apenas se dimensionou a necessidade de engenheiros de operação, de vez que, no triênio, será preciso estudar quais os demais cursos a implantar para, em seguida, quantificar as matrículas respectivas.

Igual procedimento foi levado a cabo para os técnicos de nível colegial dos setores agrícola e industrial, assim como para as professoras normalistas, buscando definir as prioridades de expansão quantitativa para as distintas modalidades do ensino médio colegial.

No caso de mão-de-obra industrial, conseguiu-se dimensionar, ainda, os contingentes dos operários dotados de algum nível de qualificação, em virtude da existência de informação estatística adequada e de sentido estratégico da disponibilidade de recursos humanos para o êxito de uma política de desenvolvimento industrial.

As metodologias desenvolvidas e os cálculos correspondentes estão contidos em anexo (Anexo B) à parte III deste Programa.

No presente Capítulo, são apresentadas as metas de formação de mão-de-obra para o triênio e, no caso dos técnicos de

nível médio, professores normalistas e profissionais de nível superior, as necessidades de matrículas correspondentes.

No que concerne aos operários com algum tipo de qualificação do setor industrial, apresenta-se a sua incorporação anual desejável ao estoque da força de trabalho durante o triênio, correspondendo às necessidades de aprendizagem e treinamento, bem como de aperfeiçoamento dos respectivos sistemas de formação.

Ainda neste Capítulo, partindo-se de considerações sócio-culturais, faz-se o dimensionamento da expansão do ensino pré-primário e estabelecem-se as metas de educação de adultos analfabetos.

#### IV.2 - Mão-de-Obra Industrial

No estudo apresentado no Anexo B da Parte III, são focalizadas as variações desejáveis nos estoques de operários e técnicos industriais no triênio 1968-70, assim como as incorporações anuais para cada categoria. O Quadro 6 apresenta um resumo dos números obtidos.

#### QUADRO 6

#### PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS DE OPERÁRIOS E TÉCNICOS INDUSTRIAIS

	OPERÁRIOS SEMIQUALIFICADOS	OPERÁRIOS QUALIFICADOS	AGENTES DE MESTRIA	AUXILIARES TÉCNICOS	TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO
Estoque em 1968	1.154.930	420.660	125.410	46.750	25.550
Estoque em 1971	1.292.400	490.310	144.180	53.600	30.230
Perdas no período 1968-1970	107.930	39.880	11.830	4.410	2.440
Contingente a formar e incorporar a força de trabalho no período 1968-1970 (+)	245.400	109.530	30.500	11.260	7.120
Crescimento médio anual do estoque (%)	3,8	5,2	4,8	4,7	5,8

(+) Necessário para cobrir as perdas e ampliar o estoque.

A formação desses contingentes far-se-á do seguinte modo:

a) Operários Semiqualiificados: a formação deste tipo de operário é uma tarefa atribuída às próprias empresas, porém muito poucas estão em condições de cumpri-la. O SENAI, contudo, através de seus programas de treinamento em serviço, conseguiu treinar 65.000 operários em 1964, 85.000 em 1965 e 95.000 em 1966, mostrando que neste setor não haverá "deficits", em virtude do que a perspectiva para os próximos anos é excelente; além disso, o Programa Intensivo do Ministério da Educação também terá atuação destacada nesta área;

b) Operários Qualificados: a formação de operários qualificados é uma tarefa empreendida, em grande parte, pelo SENAI, que tem formado cerca de 70% do estoque total existente. O "Programa Intensivo de Preparação da Mão-de-Obra Industrial", do Ministério da Educação e Cultura, por outro lado, veio reforçar bastante a rede brasileira de formação, desde sua criação. O quadro 7 dá a distribuição prevista da formação anual dos operários qualificados pelo SENAI e pelo Programa Intensivo, considerando que:

- ambos cubram cerca de 80% do total formado e incorporado;

- o número de formados pelo SENAI cresça à taxa de 4% ao ano (taxa prevista para o aumento anual na arrecadação da Previdência Social).

QUADRO 7.

OPERÁRIOS QUALIFICADOS - PROGRAMAÇÃO

DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS

PERÍODO	INCORPORADOS NO PERÍODO 1968/70 (%)	FORMADOS PELO SENAI NO PERÍODO	FORMADOS PELO PROGRAMA INTENSIVO NO PERÍODO
1968/1970	109.530	61.800	26.100

(+) Incluídos aqueles que substituirão os operários que se retiram da força de trabalho. O restante das incorporações anuais será composto de pessoal treinado pelas próprias empresas.

c) Agentes de Mão-de-Obra: sua formação se faz nas próprias empresas ou nos centros de formação profissional do SENAI, através de cursos e programas de treinamento para supervisores, bem como no Programa Intensivo; não haverá problemas para atingir as metas estabelecidas;

d) Auxiliares Técnicos: A Diretoria do Ensino Industrial do MEC pretende incentivar a formação de auxiliares técnicos, em seu Programa Intensivo, aproveitando principalmente os elementos que completam o 1º ciclo de ensino médio e não desejam prosseguir os estudos. Para tal, deverá ser mantido um contato estreito entre o Programa Intensivo, as Escolas Técnicas e a Indústria, no sentido de completar a formação escolar dentro das empresas, o que não apresentará maiores dificuldades;

e) Técnicos Industriais de Nível Médio: no Anexo B foi determinado o número mínimo desejável de matrículas para os diversos cursos do Colégio Industrial, em função de demanda de técnicos no ano-meta. Chegou-se aos números do Quadro 8:

QUADRO 8

COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL - MATRÍCULAS

GERAIS POR CURSO (NECESSIDADE MÍNIMA)

C U R S O	A N O		
	1968	1969	1970
Curso de Máquinas e Motores	5 340	5 640	5 950
Curso de Eletrotécnica	3 610	3 810	4 020
Curso de Química Industrial	2 770	2 930	3 090
Curso de Técnica Têxtil	840	890	940
Curso de Metalurgia	810	850	900
Curso de Desenho Técnico	680	720	760
Curso de Eletrônica	420	440	460
Outros Cursos	4 020	4 250	4 480
T O T A L	18 490	19 530	20 600

Deve ser observado, porém, que o Ensino Industrial no Brasil, em certos ramos, já apresenta índices de formação bem mais elevados que os estabelecidos como mínimos em função de demanda prevista. Isto ocorre, principalmente, em virtude do grande número de colégios particulares "de Química", com perigo de saturação do mercado de trabalho para os técnicos desta especialidade. Assim, fica sublinhado que os números do Quadro 8 referem-se apenas às necessidades de matrículas, não se constituindo absolutamente em projeção de tendência histórica. No Anexo B da Parte III, contudo, a tendência histórica também é estudada e uma forma de se atenuar o ritmo de crescimento de matrículas em certas modalidades é sugerida, chegando-se aos resultados do Quadro 9.

QUADRO 9

ENSINO INDUSTRIAL - PREVISÃO MÍNIMA DE MATRÍCULAS 2º CICLO

ANO	MATRÍCULAS	ÍNDICES
1967	35 415	90,9
1968	40 056	100,0
1969	42 000	104,9
1970	42 060	105,0

IV.3 - Profissionais de Nível Superior Relacionados com o Setor Econômico Secundário.

As variações desejáveis nos estoques dos diversos profissionais de nível superior ligados ao setor industrial e as incorporações anuais respectivas são apresentadas no Quadro 10, derivado também do Anexo B, da Parte III.

QUADRO 10

PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS DE  
ENGENHEIROS, QUÍMICOS E ARQUITETOS

	ENGENHEIROS TRADICIONAIS	QUÍMICOS			ARQUITETOS
		ENGENHEIROS QUÍMICOS	QUÍMICOS INDUSTRIAIS	BACHARÉIS EM QUÍMICA	
Estoque em 1968	31 797	2 022	1 768	254	4 743
Estoque em 1971	42 026	2 478	1 908	309	6 213
Perdas no período 1968-1970	2 657	163	135	20	388
Contingente a formar e incorporar à força de trabalho no período 1968-1970 (+)	12 886	619	275	75	1 858
Crescimento Médio Anual do Estoque (%)	9,7	7,0	2,6	6,7	9,4

(+) Necessário para cobrir as perdas e ampliar o estoque.

a) Engenheiros

No Anexo B da Parte III, estabeleceu-se a relação das conclusões de curso, em cada ano, com as matrículas, através da utilização de determinados índices de sobrevivência escolar para as diversas séries. Dêste modo, foram determinadas as matrículas, ano a ano, para os diversos cursos, de modo a chegar-se ao estoque desejável de profissionais no ano-meta. O Quadro 11 apresenta a programação de matrícula para os cursos de engenharia tradicional, enquanto o Quadro 12 dá a mesma programação para os novos cursos de engenharia de operação, cujas matrículas, evidentemente, foram obtidas a partir de matrículas iniciais e de índices de sobrevivência estimados.

QUADRO 11

ENGENHARIA TRADICIONAL - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a SÉRIE	2a SÉRIE	3a SÉRIE	4a SÉRIE	5a SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	5 240	4 680	4 550	4 140	4 690	23 300	100,0
1969	5 630	5 030	4 490	4 350	4 000	23 500	100,9
1970	6 050	5 400	4 820	4 290	4 200	24 800	106,4

QUADRO 12

ENGENHARIA DE OPERAÇÃO-PROGRAMAÇÃO  
DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	2 200	1 860	-	4 060	100,0
1969	2 420	2 046	1 720	6 186	152,4
1970	2 662	2 251	1 892	6 805	167,6

b) Químicos

Os Quadros 13, 14 e 15 apresentam a programação de matrículas, para o triênio 1968/70, dos cursos de Engenharia Química, Química Industrial e Bacharelado em Química. Os quadros foram montados a partir dos números obtidos no Anexo B da Parte III, baseados em considerações análogas às referidas para a Engenharia.

QUADRO 13

ENGENHARIA QUÍMICA-PROGRAMAÇÃO  
DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	381	268	238	213	191	1 291	100,0
1969	419	362	257	230	206	1 474	114,2
1970	460	398	347	248	222	1 675	129,7

QUADRO 14

QUÍMICA INDUSTRIAL - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	281	118	96	79	574	100,0
1969	432	267	112	91	902	157,1
1970	659	410	253	105	1 427	248,6

QUADRO 15

BACHARELATO EM QUÍMICA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	34	28	26	25	113	100,0
1969	36	32	26	25	119	105,3
1970	39	34	31	25	129	114,2

c) Arquitetos

A programação de matrícula para o ensino de arquitetura é apresentada no Quadro 16.

QUADRO 16

ARQUITETURA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	4ª SÉRIE	5ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	1 211	904	776	666	511	4 068	100,0
1969	1 363	1 150	876	750	643	4 782	117,6
1970	1 533	1 295	1 114	847	725	5 514	135,5

IV.4 - Mão-de-Obra Rural

As necessidades de mão-de-obra rural estão estudadas em detalhe no Anexo B, tendo em vista a evolução provável do setor primário.

O Quadro 17 apresenta as variações desejáveis nos estoques de técnicos profissionais do setor e as respectivas incorporações anuais.

QUADRO 17

PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS DE TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE NÍVEL MÉDIO, AGRÔNOMOS E VETERINÁRIOS

	TÉCNICOS AGRÍCOLAS DE NÍVEL MÉDIO	AGRÔNOMOS	VETERINÁRIOS
ESTOQUE EM 1968	8.503	7.334	3.222
ESTOQUE EM 1971	11.670	9.576	4.421
PERDAS NO PERÍODO 1968-1970	1.415	604	269
GONTINGENTE A FORMAR E INCORPORAR À FÔRÇA DE TRABALHO NO PERÍODO 1968-1970 (+)	4.582	2.846	1.468
CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO ESTOQUE(%)	11,1	9,3	11,0

(+ ) Destinado a substituir as perdes e ampliar o estoque.

IV.4.1 - Nível Médio

a) Técnicos Agrícolas

QUADRO 18

ENSINO TÉCNICO AGRÍCOLA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a.SÉRIE	2a.SÉRIE	3a.SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	2 556	1 788	1 412	5 756	100,0
1969	2 870	2 173	1 577	6 620	115,0
1970	3 227	2 440	1 917	7 584	131,8

IV.4.2 - Profissionais de Nível Superiora) Agrônomos

QUADRO 19

AGRONOMIA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a. SÉRIE	2a. SÉRIE	3a. SÉRIE	4a. SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	1 214	1 188	1 069	952	4 423	100,0
1969	1 308	1 153	1 125	1 010	4 596	103,9
1970	1 408	1 243	1 093	1 063	4 807	108,7

b) Veterinários

QUADRO 20

VETERINÁRIA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a. SÉRIE	2a. SÉRIE	3a. SÉRIE	4a. SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	800	633	516	432	2 381	100,0
1969	800	720	593	482	2 595	109,0
1970	800	720	680	554	2 753	115,7

IV.5 - Profissionais de Ciência da Saúde

As variações recomendadas para os estoques dos diversos profissionais, bem como as incorporações anuais previstas são apresentadas no Quadro 21. Os cálculos estão detalhados em Anexo (Anexo B).

QUADRO 21

PROGRAMAÇÃO DAS INCORPORAÇÕES ANUAIS DE PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

	MÉDICOS	DENTISTAS	BIOQUÍMICOS (Farmacêuticos)	ENFERMEIRAS
ESTOQUE EM 1968	39.370	25.591	6.480	6.862
ESTOQUE EM 1971	45.730	27.825	7.819	7.520
PERDAS NO PERÍODO 1968-1970	3 100	1 972	513	527
CONTINGENTE A FORMAR E INCORPORAR À FORÇA DE TRABALHO NO PERÍODO 1960-1970 (†)	9 460	4 206	1 852	1 185
CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO ESTOQUE (%)	5,1	2,8	6,2	3,1

(†) Destinado a substituir as perdas e ampliar o estoque

a) Médicos

QUADRO 22  
MEDICINA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a SÉRIE	2a SÉRIE	3a SÉRIE	4a SÉRIE	5a SÉRIE	6a SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	4 700	3 673	3 389	3 125	3 539	2 920	21 346	100,0
1969	4 967	4 583	3 579	3 299	3 074	3 500	23 002	107,8
1970	5 233	4 843	4 465	3 484	3 246	3 040	24 311	113,9

b) Dentistas

QUADRO 23  
ODONTOLOGIA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a SÉRIE	2a SÉRIE	3a SÉRIE	4a SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	2 435	1 908	1 700	1 227	7 270	100,0
1969	2 908	2 192	1 802	1 300	8 202	112,8
1970	4 506	2 617	2 070	1 378	10 571	145,4

c) Bioquímicos (farmacêuticos)

QUADRO 24  
BIOQUÍMICA - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1a SÉRIE	2a SÉRIE	3a SÉRIE	4a SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	1 783	811	705	500	3 799	100,0
1969	2 024	1 462	742	660	4 888	128,7
1970	2 297	1 660	1 337	692	5 986	157,6

d) Enfermeiras

QUADRO 25

ENFERMAGEM - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

ANO	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE	3ª SÉRIE	TOTAL	ÍNDICES
1968	690	450	338	1 478	100,0
1969	793	552	420	1 765	119,4
1970	911	634	517	2 062	139,5

IV.6 - Metas para o Ensino Normal

No Anexo B, da Parte III, foi estudada e comprovada a necessidade de um amortecimento no ritmo de crescimento do ensino normal. Neste estudo, chegou-se à conclusão de que uma situação mais condizente com as necessidades nacionais, poderia ser atingida caso se seguissem as orientações dos Quadros B-61 e B-62 do referido anexo. Se o sistema persistir crescendo de acordo com a tendência histórica, a curto prazo verificar-se-á o desemprego em massa ou o subemprego desse tipo de pessoal, no campo do magistério primário, o que aconselha a redução no ritmo de desenvolvimento dessa modalidade de ensino.

Dessa forma, as matrículas gerais para o Ensino Normal colegial, no triênio 1968/70, seriam as especificadas no Quadro 26.

QUADRO 26

ENSINO NORMAL COLEGIAL - PROGRAMAÇÃO DE MATRÍCULAS

A N O	SÉRIES			TOTAL DE MATRÍCULAS	ÍNDICES
	1ª	2ª	3ª		
1968	90 450	79 360	67 950	237 760	100,0
1969	94 070	84 120	73 380	251 570	105,8
1970	95 950	87 490	77 790	261 230	109,9

#### IV.7 - Metas para o Ensino Pré-Primário

Ainda não será possível ao Brasil, no próximo triênio, dar ao ensino pré-primário a atenção que lhe é dispensada nos países com sistemas educacionais desenvolvidos.

É de se prever, no período 1968/1970, que o atendimento ao nível do ensino pré-primário experimente um crescimento à taxa indicada pela tendência histórica, mostrada em anexo. Dêsse modo, ter-se-ia cêrca de 509 mil crianças nessas turmas em 1968.

Esse tipo de crescimento é compatível com a realidade brasileira: é necessário preparar um maior número de crianças para o ingresso na escola primária fundamental, dando-lhes margem a uma melhor adaptação a êsse nível educacional; é preciso considerar, também, a crescente participação da mulher no meio urbano na força de trabalho e, finalmente, deve-se notar que a elasticidade-renda da demanda por ensino pré-primário é alta e, com o desenvolvimento do País, haverá maior procura dêsse tipo de curso.

Por tôdas essas razões, a manutenção da tendência histórica parece um critério razoável para dimensionamento das metas a atingir.

Conseqüentemente, o ensino pré-primário deveria se desenvolver conforme indica o Quadro 27

#### QUADRO 27

##### EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NO ENSINO PRÉ-PRIMÁRIO

( 1 000 alunos)		
A N O	MATRÍCULAS	ÍNDICES
1968	509	100,0
1969	559	109,8
1970	614	120,6

Os cálculos detalhados estão mostrados no Anexo B da Parte III.

Embora a etapa de expansão do ensino pré-primário não possa ser aconselhada como imediata, uma vez que é preciso solucionar, primeiro, o problema do ensino primário, atendendo ao artigo 168 da Constituição Federal, deverá, no entanto, ser concretizada logo que possível, nas zonas em que haja maior necessidade, levando-se em conta que as crianças de hoje vivem num mundo "melhor" mas infinitamente mais complexo que o de ontem e, ainda, pelo valor que esse nível educacional tem no desenvolvimento integral e harmônico da criança, considerando seu aspecto físico, emocional, mental e social.

#### IV.8 - Educação de Adultos e Erradicação do Analfabetismo

O elevado número de analfabetos existente no Brasil exige medidas decisivas na política educacional do País. O sistema de educação deve, assim, cobrir simultaneamente as necessidades de educação e formação das novas gerações, que ainda não entraram na vida ativa, e do contingente que já chegou à idade adulta, sem ter sido beneficiado com um mínimo indispensável de instrução elementar.

Não existe incompatibilidade entre o desenvolvimento do sistema escolar de uma parte e o desenvolvimento da alfabetização de adultos, de outra. Escolarização e alfabetização se completam e apóiam, mutuamente. O Plano de Educação tem que incluir a escolarização das crianças e a alfabetização de adolescentes e adultos como metas paralelas.

A alfabetização de adultos deve estar estreitamente vinculada às prioridades econômicas e sociais e às necessidades presentes e futuras de mão-de-obra. Conseqüentemente, todos os esforços devem tender para uma alfabetização funcional, que deverá interessar a toda a sociedade e não só aos governantes. Exige o esforço das autoridades e comunidades locais, das instituições educativas, científicas e culturais, das empresas públicas e privadas, etc.

Inicialmente, o problema deverá ser solucionado nas Capitais das várias Unidades da Federação, em prazo curto, pois ali existe maior facilidade para mobilizar professores, motivar os analfabetos e obter instalações para deflagrar o programa em larga escala, a par de serem as capitais dos Estados os principais centros polarizadores do êxodo rural, cujo contingente maior é composto de analfabetos.

Aí, realmente, a erradicação do analfabetismo terá maior impacto social e econômico. Posteriormente, dever-se-á estender o programa aos demais núcleos urbanos importantes dos vários Estados do Brasil ("polos de desenvolvimento" e "pontos de apoio").

Num planejamento de alfabetização funcional, que vise à valorização do homem e sua integração social pela educação de adolescentes e adultos, é indispensável promover um ambiente psicossocial propício à educação, tendo em vista que a motivação coletiva é absolutamente necessária nesse tipo de trabalho. Nesta motivação, serão enfatizadas as vantagens práticas que os indivíduos terão com sua nova condição de alfabetizados. É necessário, também, que se considere a alfabetização como uma parte especial, mas integrante, do programa geral da educação de adultos.

A amplitude do esforço que seria necessário para uma eliminação completa do analfabetismo no País, no decorrer do próximo triênio, fôz com que, alén de se limitar o programa, em uma primeira etapa, às Capitais das Unidades da Federação, se o restringisse à faixa etária de 15 a 30 anos. Isso decorre, também, em 1968, do fato de não se poder contar com recursos financeiros ponderáveis(+).

A fixação desses limites é arbitrária, mas seu critério parece justo, em face da limitação dos recursos. Procurou-se atender às populações que pudessem melhor aproveitar a nova condição de alfabetizadas, isto é, as populações urbanas que se situam nas faixas etárias mais baixas e que têm um maior número de anos prováveis de vida ativa.

A responsabilidade da escolarização dos analfabetos de 10 a 14 anos cabe às Secretarias de Educação Estaduais, de acôrdo com os artigos 27, 28 e 29 da LDB e como preceitua a Constituição.

No "Programa Estratégico" está previsto o atendimento, a êste Grupo, uma vez que se determina o cumprimento da obrigatoriedade escolar, em 1969, nos Municípios das Capitais, e, no ano de 1970, a extensão dessa obrigatoriedade aos polos de desenvolvimento. As metas de alfabetização no triênio seriam as indicadas no Quadro 28.

---

(+) Deve-se acrescentar que os recursos para alfabetização (Selo Obrigatório de Correio e parte da renda do Concurso de prognósticos Esportivos) só estarão disponíveis no final de 1968. A meta é de 320.000 analfabetos atendidos, pois incorpora os matriculados nos programas já existentes atualmente, incluindo o atendimento pela MOBRAL a iniciar-se em fins de 1968.

QUADRO 28

PROGRAMAÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NAS CAPITALS

A N O	ANALFABETOS DE 15 A 30 ANOS ATENDIDOS PELO PRIMEIRA VEZ	REPROVADOS OU DESERTORES DO ANO ANTERIOR	ANALFABETOS QUE INGRESAM NA FAIXA DE 15 ANOS	TOTAL ATENDIDO DURANTE O ANO
1968	320 000	-	-	320 000
1969	580 000	96 000	131 000	807 000
1970	711 000	242 000	137 000	1 090 000

O Anexo B, da Parte III, apresenta os cálculos detalhados que conduziram à quantificação do atendimento.

## CAPÍTULO V

### MEDIDAS NECESSÁRIAS A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO

#### V.1 - Introdução

Diagnosticados os principais problemas do sistema educacional brasileiro e conhecidas as metas quantitativas e qualitativas a atingir no triênio 1968-1970, pode-se chegar a conclusões mais precisas quanto aos instrumentos necessários à execução do "Programa Estratégico".

A reforma da administração educacional, tanto ao nível federal, quanto no plano estadual, é medida urgente e indispensável, principalmente em função do crescente grau de eficiência que se está a exigir do setor de ensino.

Para os três níveis educacionais devem seguir-se certas recomendações úteis, sem o atendimento das quais este Programa perderá em vitalidade e poderá levar o país a arcar com grandes dispêndios, sem que os frutos obtidos venham a corresponder ao esforço realizado.

Tais medidas, descritas no presente capítulo, deverão ser implementadas através de programas e projetos bem definidos que, em geral, figuram no elenco apresentado na Parte II deste Programa.

As medidas preconizadas, evidentemente, são apenas indicativas para os recursos dos Estados, Municípios e iniciativa privada, dentro dos princípios consagrados na Lei de Diretrizes e Bases, porém, constituem definição de política, destinando-se a permitir sejam atingidos certos objetivos nacionais, quando se trate de recursos aplicados diretamente ou transferidos pela União.

#### V.2 - Reforma Administrativa do Ministério e das Secretarias de Educação

Até a adoção da Lei de Diretrizes e Bases, o Ministério da Educação e Cultura tinha as características estruturais e responsabilidades típicas dos Ministérios tradicionais. Era a prin-

principal autoridade normativa e executiva das atividades educacionais da União e dos Estados.

A Lei modificou os poderes e reduziu a ação direta do Ministério. A maior responsabilidade pela operação do ensino primário e do ensino médio foi delegada às Secretarias de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação. Parte substancial da função normativa dos órgãos do Ministério passou ao Conselho Federal de Educação.

Sem modificação da LDB, o Ministério poderia elevar consideravelmente sua produtividade, quando da efetivação da Reforma Administrativa, seguindo algumas normas de ação, a saber:

a) criando mecanismos estimuladores para que os Estados executem determinados programas prioritários e vinculando a alocação de recursos preferencialmente aos que tiverem programado projetos e atividades que se enquadrem nessas metas prioritárias (isto já vem sendo feito, embora ao nível de projetos, através dos Convênios para Ação Coordenada, que se firmaram no Nordeste e em Minas Gerais);

b) exercendo um controle financeiro direto sobre as despesas federais e indireto sobre as demais despesas educacionais;

c) assessorando o Conselho Federal de Educação no estudo de novas normas pedagógicas, operacionais, etc.;

d) desenvolvendo um vasto programa de pesquisas educacionais, pedagógicas, estatísticas, financeiras e econômicas, para informação e orientação do Governo Federal, dos Estados e do Conselho Federal de Educação;

e) tendo uma atividade executiva definida nos setores nos quais exerce ação supletiva à dos Estados;

f) mobilizando recursos para o treinamento de pessoal técnico-administrativo e docente dos sistemas educacionais. — federal, estaduais e municipais — oficiais ou privados;

g) prestando assistência local, através da análise dos planos estaduais e municipais, opinando sobre sua validade e acompanhando sua execução;

h) exercendo coordenação sobre os programas de ajuda externa à educação nacional.

É preciso dar maior ênfase às atividades acima referidas, do tando a instituição de corpo técnico adequado e de condições administrativas para desempenhá-las.

As Secretarias de Educação Estaduais sofrem de problemas ope racionais semelhantes aos do Ministério.

Como muitas funções normativas das Secretarias se encontram em poder dos Conselhos Estaduais de Educação, é necessário constitu ir equipes técnicas e prever orçamentos para a realização, por parte destes, de estudos e da elaboração de planos e normas.

As responsabilidades executivas das Secretarias são conside ráveis, pois devem atuar ou controlar a operação de todos os sistemas de ensino, públicos ou privados, exceto os federais e as universidades privadas. A sua Reforma Administrativa deve visar ao desemperra mento do sistema burocrático, a fim de facilitar a tramitação do expediente administrativo.

Até 1964, não houve manifestação clara de que um esforço esti vesse sendo feito para reformar a administração do Ministério da Edu cação e adequar o sistema às exigências criadas pela Lei de Diretrizes e Bases.

Os Estados vinham tendo uma atitude muito mais positiva e di nâmica a este respeito. Vários deles modificaram, com maior ou menor sucesso, a estrutura de seus sistemas administrativos educacionais; en tre eles a Guanabara, Paraná e São Paulo, que estudaram, ou estudam e planejam, a adoção de reformas bastante completas.

A falta de dinamismo na Reforma do Ministério, neste caso, cons titui um fator favorável, Reformas experimentais poderiam ter um con teúdo contrário ao espírito da Reforma Administrativa Federal, decre tada em 25/2/67 e que deverá inspirar tódas as medidas a serem adota das para a melhoria da estrutura das organizações educacionais.

As implicações da introdução dos princípios norteadores da reforma são numerosas e os procedimentos específicos correspondentes estão sendo objeto de estudos detalhados, pelo Escritório da Reforma Administrativa do Ministério do Planejamento e pelo órgão correspondente do Ministério da Educação e Cultura.

Na realização das reformas necessárias, as Secretarias de E ducação deverão contar com a assistência técnica do Ministério da E ducação e demais organizações federais especializadas em racionaliza ção e planejamento dos setores de atividade governamental.

### V.3 - Medidas Preconizadas no Ensino Primário

Todo planejamento tem suas bases assentadas na pesquisa das necessidades presentes e na estimativa das necessidades futuras.

Um Plano de Educação não pode ser estabelecido sem que antes se proceda a um diagnóstico da situação presente, levantando os problemas fundamentais e quantificando as necessidades para sua eliminação, dentro das perspectivas futuras. Só assim, sentindo o desnível que existe entre a procura e a oferta dos serviços de educação do País, bem como atentando para o nível de eficiência com que esta se realiza, poder-se-á apontar as medidas necessárias à expansão e ao melhor rendimento do ensino primário.

O atual Programa Estratégico, baseado no diagnóstico da situação educacional do País, ao nível do ensino primário dá, por esse motivo, ênfase especial a:

- a) reforma do ensino, sugerindo a revisão dos programas e a modificação do sistema de promoção;
- b) aperfeiçoamento do corpo docente e sua melhor utilização;
- c) assistência ao educando.

A reestruturação e a extensão do ensino básico constituem o ponto-de-partida para a reformulação do sistema educacional brasileiro. Isto não significa, contudo, que a almejada reforma global da educação dependa exclusivamente de modificação do ensino primário. Se o êxito das novas medidas propostas se assenta no trabalho inicial desenvolvido nas escolas primárias, depende, por outro lado, do grau de capacidade que os demais níveis demonstrem no sentido de formar professores, abastecer o mercado de trabalho e dar continuidade ao esforço original.

A experiência vivida por países industrializados ocasionou profunda alteração no enfoque dos problemas educacionais atinentes, em particular, à formação profissional. Hoje, pode-se considerar que a educação básica, ministrada ao nível da escola primária, constitui, também, o integrante fundamental da formação da mão-de-obra qualificada. A estreita correlação existente entre e

educação básica e formação técnica vem enfatizar e dar novo sentido ao ensino primário, ainda que se adote perspectiva educacional voltada para o campo dos recursos humanos, com sentido nitidamente econômico.

A importância econômica e social do ensino básico, para o Brasil, em particular, é evidenciada quando se atenta para a participação da categoria tratada residualmente, na fixação das metas globais de mão-de-obra, no Capítulo III - e que abrange a força de trabalho com três anos ou menos, de escolarização: uma participação de 72,8% que, em 1965, abrange um total de 19 milhões de pessoas. O ônus representado para o esforço produtivo, por força dessa participação excessiva, só poderá ser gradualmente eliminado, através da escolarização universal (a nível primário, inicialmente e, em seguida a nível ginasial) segundo o programa concebido em várias etapas.

Na primeira etapa, será realizada a chamada "Operação-Escola", procurando universalizar a alfabetização.

Para efeito de cumprimento da obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental comum para toda a população brasileira com idade superior a 7 anos, duas medidas se impõem: mobilização de recursos suficientes para o atendimento das necessidades estimadas e a criação de mecanismos que dêem rentabilidade satisfatória aos investimentos. A primeira exigirá amplo esforço nacional e detalhada previsão orçamentária, expressa em termos de programas realistas. A segunda implicará na necessidade de uma reformulação do sistema de ensino fundamental comum.

O atendimento de toda a população escolar requer a expansão da atual rede de ensino, exigindo novas construções mas, principalmente, o melhor aproveitamento das instalações já existentes.

Antes de programar as novas construções, deve ser desenvolvida uma política estratégica de plena utilização da rede, visando ao seu melhor aproveitamento, através da transformação, em salas de aula, de áreas destinadas a outras atividades instituído o sistema de alternância do uso das salas, durante o dia escolar, a semana escolar e o ano letivo, de modo a conseguir-se maior número de matrículas com a atual capacidade disponível.

Só depois de esgotados todos os recursos para a recuperação de espaços ou tempos ociosos, se não se tiver atingido a expansão necessária, é que se deverá partir para um plano de novas construções, o qual não será muito relevante tendo em vista a capacidade instalada já existente.

Os planos de construção e os programas de aproveitamento integral dos recursos disponíveis, se bem que devam ser descentralizados e entregues aos órgãos municipais e estaduais de educação, cuja experiência constitui instrumento de orientação segura, podem ser equacionados dentro de normas e princípios nacionais genéricos. A relevância do papel da União no conjunto de esforços para o desenvolvimento do ensino básico, a justificar a elaboração de um plano de educação nacional integrado, sugere um programa de construções escolares derivado das indicações genéricas do mesmo.

A contratação de pessoal docente e administrativo para atender a essa expansão somente será efetuada depois de um estudo para melhor e mais eficiente utilização do pessoal já em função. Igualmente, só se cuidará de expandir o ensino normal quando forem esgotadas as possibilidades de atrair para o magistério o grande número de professores formados que não o exercem, por não terem estímulos suficientes para fazê-lo, bem como redistribuir aqueles que se acham desviados de suas funções ou, em excesso, em áreas já atendidas por número adequado de docentes.

Localizadas as necessidades de unidades escolares - e, conseqüentemente, de material, equipamento, pessoal - e insuficientes os recursos para atendê-los globalmente, torna-se indispensável a adoção de uma política de prioridades. Essa política deverá considerar como fundamentais, no plano do atendimento, pela ordem, as áreas urbanas (mais e menos industrializadas; mais e menos afastadas de polos de desenvolvimento; mais ou menos povoadas, etc.) as áreas rurais (em desenvolvimento ou estagnadas; mais ou menos populosas; concentradas e dispersas, etc.), observada a composição populacional (idade, etc.). A rigorosa planificação na implantação ou expansão de escolas constituirá assim, resguardadas as peculiaridades locais e regionais, exigência fundamental da reformulação educacional. Visará, ainda, primordialmente, a elevar o baixo nível de aproveitamento escolar no ensino primário.

A concentração de esforços na distribuição de recursos será obtida à base da criação de órgãos regionais e nacionais, encargos de canalizar, racionalmente, dentro da política geral de aplicação de fundos, as somas destinadas à educação. Essa concentração não deverá quebrar a autonomia dos sistemas educacionais, mas poderá dar-lhe novo sentido, atribuindo parcelas de responsabilidades a cada nível administrativo, de acordo com o papel desempenhado por ele no fornecimento de recursos.

Um plano integrado, a longo prazo, para construção e equipamento de escolas; a eliminação dos estabelecimentos escolares de uma sala, nos centros urbanos, nas zonas rurais de demografia concentrada e a sua multiplicação nas zonas rurais de baixa densidade demográfica; o pleno aproveitamento de toda a escola, com a extinção de serviços não essenciais que ocupem espaço e o melhor aproveitamento das áreas já ocupadas; o estabelecimento de modelos de construção de escolas, com os requisitos indispensáveis a um bom trabalho pedagógico, induzidos da experiência das regiões às quais servirão, a serem adotados com certa uniformidade; a instalação de classes em cooperação (instalações cedidas, através de convênio, por entidades religiosas, militares, sociais e esportivas), constituem assim medidas destinadas a prover as necessidades de ampliação da rede de ensino fundamental comum.

No que diz respeito ao magistério, além do exposto, duas ordens distintas de problemas merecem realce: o das professoras formadas em escolas normais e o das docentes leigas. Embora se objective, a longo prazo, a qualificação, em nível médio colegial, de todo o corpo docente de ensino fundamental comum, é imprescindível, a curto e médio prazos, o aproveitamento das professoras leigas, com experiência de magistério, especialmente nas zonas rurais de população dispersa.

A organização de cursos intensivos de treinamento de professoras leigas, com bolsas de estudo e vantagens ulteriores paralelas ao seu aperfeiçoamento, deverá ser intensificado com vastos recursos federais e a cooperação solidária dos órgãos estaduais, num programa de ação conjunta; a crescente eficiência dos mecanismos oficiais de supervisão e fiscalização e a elaboração e distribuição de material didático e de consumo, tendentes a facilitar o aprendizado, aparecem como providências destinadas a possibili-

tar o melhor aproveitamento das professoras leigas.

A reestruturação do ensino normal, em termos de modernização de processos de aprendizagem, qualificação do corpo docente e aprofundamento no estudo e compreensão da temática nacional; o estabelecimento de incentivos que levem as normalistas egressas das escolas públicas gratuitas a prestar serviços didáticos, por determinado período, são medidas tendentes a incrementar a taxa de aproveitamento da professora formada.

A elevação do salário do professorado e a criação de es t<sup>í</sup>mulos profissionais constituem pontos fundamentais para a solução do problema da adequada localização geográfica de pessoal para o ensino primário. Além de possibilitar a recuperação de expressivo contingente de normalistas afastadas do ofício, desestimuladas pelos baixos salários, a melhoria de vencimentos exercerá influência benéfica em toda a rede de ensino primário. O oferecimento de residência gratuita ou de baixo aluguel àqueles que se desloquem para regiões atrasadas e a facilidade de transporte são outras alternativas compensatórias que devem ser postas em prática.

A estabilidade do professor durante o ano letivo, a concentração dos mais aptos nas primeiras séries (em que se localiza a maior incidência de reprovados, repetentes e desertores); os programas de atualização pedagógica dos mestres e a distribuição criteriosa e racional do corpo docente aparecem como medidas adequadas para melhor rendimento escolar. A mobilidade do professorado dentro do próprio sistema deverá estar condicionada às exigências do ensino.

As alterações do currículo e do programa do ensino fundamental comum, além de constituírem exigência de atualização às novas condições educacionais, deverão representar valioso instrumento de auxílio à correção dos desajustamentos observados. Os grandes objetivos da reforma curricular e do programa serão:

a) maior aproveitamento e rentabilidade do sistema de enno;

b) adequação do estudo à fase de mudança social que atravessa o País;

c) entrosamento do ensino primário com o novo sistema educacional integrado, proposto;

d) observação das exigências pedagógicas bem sucedidas, acumuladas em regiões de estrutura econômica e social análogas à do Brasil.

A melhoria da qualidade do ensino é essencial e poderá ser obtida ampliando-se o tempo efetivo de aula e promovendo-se a reestruturação do sistema escolar com base na graduação escolar por idades e no sistema de promoção por avanços progressivos. (Ver descrição da "Operação-Escola").

Ao mesmo tempo, é necessário que haja adequação dos programas aos diferentes grupos de alunos, o que deverá ser feito através de programas graduados, que promovam a diversificação do ensino, tendo em vista que os alunos diferem entre si e que a escola deve proporcionar-lhes oportunidades de desenvolvimento de acordo com suas aptidões.

Os programas escolares deverão considerar a existência da singularidade econômica e social, histórica e cultural, do processo nacional brasileiro; as peculiaridades das zonas urbanas e rurais e a existência de diferenciações sociais ligadas a níveis econômicos distintos que, embora tenham que ser necessariamente atenuada numa perspectiva política e social é, no momento, uma realidade. Os programas escolares e seu desdobramento didático, elaborados para essa sociedade, deverão concentrar-se em certas situações e temas conhecidos e vividos pela unanimidade da população escolar, dispondo, para isso, de ampla margem de flexibilidade. Do ponto-de-vista pedagógico, é necessário que se estabeleça a diversificação de programas, atendendo aos alunos de menor, médio e bom aproveitamento.

A universalização de novos métodos pedagógicos nas escolas brasileiras deverá constituir ponto importante da reformulação do ensino. A utilização do rádio, da televisão, do cinema e das modernas técnicas de comunicação constituirá elemento integrante do sistema educacional, limitando-se apenas aos condicionamentos existentes nas áreas visadas.

Deverá ser estudada a ampliação do curso primário. A atu

al 1a. série poderá ser desdobrada em 2 anos escolares, permitindo assim que, no primeiro haja um período preparatório, que visa-  
rá a adaptação do aluno, ao desenvolvimento da coordenação e com  
preensão, preparando-o para a aprendizagem da leitura e escrita.

Após o período de adaptação, que terá duração variável, o professor iniciará a alfabetização dentro desse 1º ano escolar, a qual se completará ao fim desse ano ou poderá estender-se até o término do ano seguinte. Esta medida poderá vir a diminuir, con-  
sideravelmente, o problema da reprovação e conseqüentemente, os da repetência e evasão.

Dentro da reforma do ensino primário poderia ser adotado um processo de promoção não vinculado apenas às provas finais, mas condicionado ao julgamento do professor, tendo em vista o progres-  
so do aluno durante o ano letivo, de acôrdo com suas limitações e potencialidades e visando a possibilidade de recuperação do aluno, nas áreas julgadas deficientes pelo professor, no período de férias escolares. Essas medidas devem ser tomadas no sentido de di-  
minuir os elevados índices de reprovação e repetência, nos quais repousa parte fundamental da problemática do ensino primário brasileiro. Deve-se assim, obrigatoriamente, estabelecer, em todo o País, programas de recuperação de reprovados nos períodos de férias escolares, aproveitando para tanto, em estágio obrigatório pa-  
ra ingresso no quadro de funcionárias dos Estados, as normalistas do último ano.

O entrosamento do ensino fundamental comum com o médio constituirá requisito indispensável ao sucesso deste Plano. Na última série da escola primária, deverão ser introduzidas noções gerais sobre temas vocacionais, simultaneamente à ministração de conhecimentos inerentes ao ensino fundamental comum, a fim de que o aluno possa dar continuidade aos seus estudos, imune às desvan-  
tagens das bruscas mudanças.

Os exames de admissão deverão ser eliminados e o acesso ao nível médio dos alunos que apresentem satisfatória educação primária, deverá ser automático, única alternativa compatível com a obrigatoriedade de 8 anos de ensino. Nas áreas em que a procura de vagas nas escolas ginasiais públicas exceda as disponibilidades, poder-se-á manter os exames de classificação, para acesso ao nível secundário.

Sendo preocupação fundamental, no ensino primário, elevar os índices de aproveitamento, reduzindo a reprovação, repetência e deserção, medidas especiais devem ser tomadas para combater, a longo prazo, não os sintomas desse quadro anômalo, mas especialmente as suas causas. Assim sendo, especial atenção deve ser dada ao estudante, ampliando-se decididamente os programas de alimentação escolar, assistência médica e dentária. O problema do transporte escolar também deverá constituir preocupação dos responsáveis pelos sistemas educacionais estaduais. No ensino primário, o esforço qualitativo a ser desenvolvido nos próximos três anos, deverá ser seguido, paralelamente, por medidas que visem o aspecto quantitativo.

A obrigatoriedade escolar deverá ser efetivamente cumprida nas Capitais dos Estados e nas cidades mais desenvolvidas, no período de 1968 a 1970, de modo a tornar realidade um preceito legal, mostrando que o Brasil é capaz de resolver seus problemas educacionais.

No ano de 1968, as Secretarias Estaduais de Educação deverão tomar medidas, consideradas interdependentes, de ordem legal, técnica e administrativa, necessárias ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, a fim de que, em 1969, nas Capitais dos Estados, o programa de cumprimento desse dispositivo constitucional se já uma realidade (+).

Embora os Estados, através de suas Secretarias, sejam os responsáveis pelos sistemas de ensino primário e médio, há objetivos nacionais que devem ser cumpridos por todos a fim de que o sistema de ensino do País funcione como um sistema realmente nacional.

A escolarização obrigatória de 7 a 14 anos é um desses objetivos e tem que ser perseguida, através de planejamento racional e atitude dinâmica, por todas as Unidades da Federação.

Em 1970, a obrigatoriedade escolar deverá ser estendida às áreas de maior desenvolvimento sócio-político-econômico, fora

---

(+) Ver, a propósito, a descrição da "Operação Escola" a ter início em breve, nas Capitais e outros polos de desenvolvimento).

dos Municípios das Capitais. A União, através do MEC, terá ação supletiva nesse programa e condicionará, a partir do início de 1970, a transferência dos recursos do campo educacional aos Estados, ao cumprimento da obrigatoriedade escolar em suas Capitais e grandes centros urbanos. Nos critérios de distribuição de verbas da União para os Estados e Municípios, já em 1969, a necessidade de concretizar a "Operação-Escola" para as capitais e polos de desenvolvimento será tida como fator de primordial importância.

Ainda que não seja possível ao País, no próximo triênio, dispensar atenção especial ao ensino pré-primário, deve-se ter em mente, no processo de expansão vegetativa que certamente sofrerá, o seu valor no desenvolvimento integral e harmônico da criança, considerando sua formação física, emocional, mental e social.

Diante da escassez de recursos para desenvolver o sistema educacional brasileiro como um todo, não parece recomendável, no momento, dar prioridade à formação de professores especializados para o ensino pré-primário. Entretanto, é absolutamente indispensável que, enquanto não se possa ter um professor qualificado, seja dada orientação e supervisão aos que ministram esse tipo de ensino.

Tendo em vista a importância que os primeiros anos de vida desempenham no desenvolvimento físico do ser humano, os programas de merenda escolar e de assistência médica e dentária devem ser gradualmente ampliados, particularmente nas escolas pré-primárias que abriguem crianças carentes de recursos.

#### V.4 - Medidas Preconizadas na Educação de Adultos

O elevado número de analfabetos e as limitações que lhes são impostas por essa condição, refletindo-se socialmente na vida do País, exigem medidas decisivas na política educacional.

Desse modo, além das medidas sugeridas para o cumprimento da obrigatoriedade escolar, na faixa etária de 7 a 14 anos, é indispensável planejar o atendimento dos analfabetos com idade superior a 14 anos.

A tarefa do Ministério da Educação e Cultura na erradicação do analfabetismo, deverá ser executada em estreita cooperação com as Secretarias Estaduais de Educação, Prefeituras, repartições federais, entidades privadas e deverá partir da alfabetização fun-

cional, que visa dois objetivos - a valorização do homem e sua integração social - até alcançar os estágios básicos da educação de adultos.

A aquisição das técnicas elementares da leitura, escrita e cálculo bem como o aperfeiçoamento dos processos de vida e trabalho atendem à valorização do homem. A integração social será conseguida pelo ajustamento do nôvo alfabetizado aos grupos a que ~~passa~~ pertencer.

Os programas de alfabetização e de educação de adultos ~~de~~ verão aliar à alfabetização, atividades que envolvam a melhoria da mão-de-obra representada pelos analfabetos, com vistas à sua recuperação econômica individual e à conseqüente repercussão qualitativa no mercado de trabalho.

As Agências de Colocação do Departamento Nacional de Mão-de-Obra, do Ministério do Trabalho, deverão participar do programa, após a fase de alfabetização funcional propriamente dita, no sentido de encaminhar o alfabetizado para ocupações condizentes com sua nova condição.

Um Plano de Alfabetização não comporta centralização, nem a imposição de um só tratamento. É preciso dar ênfase à especialização intensiva do professor e ao treinamento dos monitores; indicar os métodos pedagógicos de uso mais adequado a movimentos desse tipo, combinando métodos tradicionais e técnicas novas, segundo as necessidades e possibilidades; utilizar rádio e televisão, de modo consciente e sistematizado, criando uma atmosfera que enriqueça a personalidade do adolescente e adulto e os estimule, alargando seus horizontes sociais e culturais, a fim de que possam desempenhar papel mais ativo na sociedade em que vivem.

Algumas providências preliminares como a montagem dos programas; aquisição de aparelhos de TV; instalação de um Telecentro; obtenção de horários adequados para a transmissão das aulas, deverão ser tomadas para que se possa utilizar a TV como grande recurso educativo, capaz de proporcionar a milhares de analfabetos, aulas organizadas por professores altamente qualificados assim como material ilustrativo e demonstrativo, levando as conquistas do mundo exterior para o âmbito da sala de aula.

O ensino supletivo tem prestado ponderável ajuda, em vá

rias Unidades da Federação, no atendimento desse programa. É de todo recomendável o aproveitamento desse esforço e que seja dado o apoio indispensável à expansão dos movimentos de alfabetização já existentes no País: Cruzada ABC, Movimento de Educação de Base, e as "Escolas Regimentais" (estas últimas mantidas pelo Ministério do Exército), etc. É indispensável, porém, que esses movimentos se enquadrem integralmente dentro dos princípios, aqui estabelecidos, da alfabetização funcional.

Na educação de adultos, a motivação popular e o recrutamento constituem a primeira etapa no movimento de alfabetização. O recrutamento implicará em inúmeras medidas que, embora previstas e esquematizadas, sofrerão os ajustamentos da própria experiência, em função das reações psicológicas dos interessados.

Por ser todo o Plano essencialmente dinâmico, a cada ano de trabalho seguir-se-á a avaliação dos resultados alcançados e o reajustamento para os anos seguintes.

A realização do programa de alfabetização implicará em despesas, basicamente, de pessoal e material didático, tendo em vista que as salas e equipamentos utilizados serão os mesmos do ensino primário, médio e superior, em horário noturno ou vespertino, no caso de utilização de métodos tradicionais. Ainda no que diz respeito a local para as aulas, deverá ser prevista, também a cessão gratuita de instalações de Clubes, Igrejas, Quartéis, etc.

Faz-se necessário interessar as instituições sindicais, em que existam adultos analfabetos associados, para que instalem cursos de alfabetização funcional, através dos métodos tradicionais e/ou através de núcleos de recepção, para que se beneficiem dos cursos radiofônicos e televisionados de alfabetização, dando-lhes toda a colaboração necessária.

Para as aulas práticas e ensinamentos de ofícios, poderão ser utilizadas as instalações e equipamentos já em uso pelo Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial, aproveitando os convênios já firmados e os que venham a concretizar-se no futuro. O MEC deverá colaborar no preparo de material e no estudo de processos e métodos, especialmente os audiovisuais.

Atenção especial deverá ser dada à assistência alimentar, como fator de fixação dos adultos nos cursos, tendo em vista o esforço que se vai exigir de um adulto que irá estudar depois de, pe

lo menos, 8 horas de trabalho.

Seja qual fôr o método empregado para a alfabetização e educação de adultos, deverão estar nele integradas: noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, que atendam aos problemas fundamentais de saúde, de trabalho, do lar, da religião, do civismo e da recreação.

Deverão ser instalados Centros de Integração Social e Cívica, com a finalidade de assistir . . adultos e fixar hábitos e técnicas adquiridas, através de meios de comunicação coletiva: livros, música, rádio, cinema, televisão, teatro e jornais.

O MEC, através da MOBRAF (Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização) já criada, entregará aos Estados, Municípios e entidades privadas, mediante convênio, recursos para a atividade executiva dos programas proporcionalmente aos dispendidos pelos mesmos e de acôrdo com seu potencial econômico e seu interesse no programa, atendidas as características expostas.

Prestará, ainda, assistência técnica, colaborando intensamente na fase de motivação da opinião pública para colaboração com o movimento devendo criar condições para a formação dos núcleos em torno dos quais o plano irá desenvolver-se.

#### V.5 - Medidas Preconizadas no Ensino Médio

A modificação substancial da estrutura do ensino primário exercerá um impacto imediato na organização e no conteúdo do ensino médio, que tem sofrido as distorções decorrentes de sua posição intermediária entre os cursos primário e superior. Ainda que não se possa eliminar sumariamente o caráter complementar do ensino médio, que o faz extensão do ensino primário, ou preparatório do ensino superior, é objetivo prioritário deste Programa Estratégico a tribuir, na medida do possível, autonomia e flexibilidade, integração e continuidade, aos diversos ramos da educação de nível médio.

O desejo de adequar a idéia da totalidade do conhecimento humano a currículos e de conciliar as exigências pedagógicas com a realidade concreta, está presente na formulação deste trabalho. Daí, o requisito preliminar de extinguir-se o falso e tradi-

cional antagonismo dos sistemas de ensino primário e médio. A educação deverá ser entendida como um todo, que assegurará aos que vençam suas etapas, qualificações e instrumentos capazes de permitir-lhes escolher seus caminhos intelectuais, como também possibilitar-lhes o exercício de atividades produtivas. Neste último caso, em algumas circunstâncias, a complementação da instrução básica com o treinamento para o trabalho é indispensável.

A transição das etapas correspondentes à passagem do nível primário para o médio dar-se-á sem bruscas mudanças, sejam quais forem as opções adotadas no que se refere à extensão do primário. A impossibilidade de atendimento imediato, na rede de ensino médio, de toda a população brasileira em condições etárias de fazê-lo, conduz à manutenção dos dispositivos vigentes de seleção ao ingresso nas primeiras séries, o que deve ser eliminado, visto que a educação de base não deve ser seletiva.

A gratuidade do ensino médio, concedida aos que dela necessitam, conforme os postulados dos "Grandes Objetivos da Educação Nacional", ampliará os esforços esboçados no sentido de assegurar igualdade plena de oportunidades a todas as camadas da população brasileira.

Torna-se também inevitável, considerando-se a conjuntura nacional, a diversificação do tratamento a ser dispensado às populações urbanas e rurais, no tocante ao ensino médio. Enquanto às camadas urbanas será assegurado o acesso ao primeiro ciclo do ginásio de tronco comum, às rurais possibilitar-se-á um treinamento complementado com orientação teórica. A nova orientação dada a todos os ramos e tipos de ensino médio deverá impedir que sejam colocadas barreiras à comunicação e circulação entre os setores urbanos e rurais.

A reformulação do sistema de ensino médio nacional deverá ajustar-se aos diversos ciclos e ramos em que o mesmo se desdobra, habilitando-o a corrigir, com elasticidade, os desvios que venham a ocorrer no processo formulado de inovação. A extensão e complexidade do sistema, que abrange ramos tradicionalmente isolados (secundário, industrial, comercial, normal, agrícola, etc.), exige tratamento gradual, suscetível de evitar um colapso nas instituições já existentes. Daí, em parte, a persistência, no sistema renovado proposto, de traços e características que se pretende

modificar, como os expressos nas idéias de ciclo, ramos, níveis, etc.

A formalização do ginásio fundamental comum de dois anos, tronco comum a todos os ramos de nível médio, sem diferenciação, e do ginásio orientado para o trabalho ou ginásio polivalente, ou integrado ou, ainda, pluricurricular, resultante da superação dos sistemas tradicionais de ensino primário e secundário, aparece como proposição básica do plano.

O ginásio orientado para o trabalho constituirá uma sintese das formações teórica e vocacional. A interpenetração do ensino formal com o treinamento profissional será feita à base do restabelecimento da noção de que a teoria e prática são partes complementares de uma formação harmoniosa e realista. Medidas suplementares, como a intensificação do trabalho escolar e a utilização de modernos recursos didáticos e pedagógicos, impedirão que o gigantismo curricular desponte dentro da nova estrutura de ensino.

O ginásio orientado para o trabalho, seguimento natural da escola primária, assentar-se-á na idéia de que a sedimentação de conhecimentos teóricos gerais e ao mesmo tempo operacionais, é imprescindível à maturação da personalidade e ao exercício permanente e flexível de atividades produtivas, através do complemento de treino profissional. Vinculará a teoria à prática; harmonizará o trabalho acadêmico tradicional com o dinâmico funcional, eliminando definitivamente preconceitos mantidos com relação ao último e prejudiciais ao desenvolvimento nacional.

Prolongando a educação fundamental básica, nem por isso o ginásio comum abstrairá as exigências do meio em que se insere, em torno do qual, forçosamente, deverá girar a planificação e a programação do chamado ensino médio. A extinção gradativa do ensino técnico de primeiro ciclo e a coexistência apenas temporária de várias áreas técnicas, em cursos diferenciados, num mesmo estabelecimento, completam o arcabouço idealizado para o ginásio orientado para o trabalho.

A tônica do novo sistema consiste em manter, nos currículos, as disciplinas tradicionais indispensáveis à formação intelectual, e em incorporar matérias de caráter vocacional.

A modificação das técnicas de ensino e aprendizado junta

mente com a modernização didática da própria escola, encarregar-se-ão de assegurar as medidas propostas. A noção de globalização do conhecimento humano e da necessidade de vinculação estreita entre as várias disciplinas deverá constituir a diretriz da atividade docente.

A experiência de trabalho, acumulada sistematicamente no processo da produção, deverá ser aproveitada no sentido de beneficiar expressivos contingentes populacionais e reduzir recursos e esforços despendidos no campo educacional. Estabelecer-se-ão, assim, na reformulação do sistema médio de ensino, dispositivos que possibilitem a equiparação de profissionais práticos a certas categorias de técnicos diplomados, com a outorga de idênticos direitos, a ser confirmada em exames de madureza, criteriosamente realizados. Essa orientação, além de representar uma valorização do trabalhador, constituirá estímulo eficaz no esforço de aproximação entre o trabalho e a educação.

A necessidade de criar-se um corpo de professores adequadamente qualificado, com "status" próprio, para exercer as tarefas decorrentes do novo sistema de ensino médio, exige revisão nos métodos vigentes de formação, aperfeiçoamento, regime de trabalho e remuneração dos docentes. Ao mesmo tempo em que se tomarem medidas visando a solucionar definitivamente o problema do magistério, adotar-se-ão programas de emergência para o recrutamento, formação e treinamento de professores ajustados às necessidades do ginásio, procurando-se manter, paralelamente, a formação tradicional.

Haverá possibilidade de instalar os ginásios orientados para o trabalho, reequipando estabelecimentos de 1º ciclo já existentes e adaptando escolas primárias que, pelas suas características, sirvam para tal.

Esses programas impõem-se como obrigatórios, devendo-se proceder a um levantamento de corpo técnico do sistema de ensino secundário, a um trabalho de atração de professores qualificados, afastados do magistério e ao aumento da produtividade do professor. A expansão e a modificação da natureza do ensino ginásial exigem, de imediato, para a sua concretização, uma equipe de pessoal difícil de ser obtida a curto prazo, nas condições atuais.

Cursos regulares de treinamento para professores não di-

plomados, de rápida duração (6 a 12 meses), estágios de férias feitos em estabelecimentos de ensino superior ou em centros pedagógicos, difusão das licenciaturas de primeiro ciclo em 3 anos, aparecem como providências exequíveis e complementares, a fim de manter certo nível mínimo de preparação do professorado desse nível de ensino, que para isso deve ser agraciado com bolsas de estudo.

O prosseguimento dos planos de reformulação dos cursos universitários, particularmente os abrangidos pelas antigas Faculdades de Filosofia, no sentido de possibilitar aos futuros mestres visão mais ampla dos problemas universais e melhor conhecimento da realidade brasileira; o preparo à prática do trabalho escolar; o incentivo à formação do professor de várias disciplinas afins, são medidas igualmente recomendáveis.

A necessidade de preencher lacunas tradicionais do sistema de ensino médio, como as que se expressam nas deficiências de mestres de disciplinas prioritárias para o desenvolvimento; conduz à ampliação de cursos para a formação de professores em ciências físicas, químicas, matemáticas e biológicas. Torna-se indispensável, neste ponto, a adoção de cuidados especiais para que as ciências humanas cumpram, também, um papel de destaque no sistema de ensino médio, fornecendo aos alunos consciência nacional e espírito científico, dando-lhes instrumentos para adequado entendimento da realidade atual.

O desdobramento das Faculdades de Filosofia em Institutos, para o conteúdo, e em Faculdades de Educação, para a didática, visando a incrementar a formação de professores de nível médio, deverá ser complementado com outras medidas - renovação do corpo docente, tempo integral, trabalho interdisciplinar, etc. - a fim de que os novos órgãos não se transformem em um conjunto de unidades estanques, superpostas artificialmente.

As metas propostas de formação de professores para o ensino médio são, talvez, as de mais difícil alcance na execução deste Plano.

A elevação imediata do salário dos professores de nível médio, a adoção do horário de tempo integral, a elaboração de um "Estatuto do Magistério" para o pessoal de nível médio e medidas destinadas a produzir efeitos em curto, médio e longo prazos, aparecem como exigências capazes de dar continuidade à reformulação

proposta.

Ao nível do corpo discente, constituirão pontos básicos da reformulação, a expansão do sistema de bolsas de estudo e manutenção; o acompanhamento sistemático das atividades pedagógicas dos alunos; a orientação vocacional; a facilidade de acesso a textos, livros e bibliografia em geral e, numa etapa final, a introdução do regime de dedicação em tempo integral, às atividades escolares.

Em áreas onde se torne difícil a extensão das vantagens do sistema educacional a toda a população, serão adotados: novos processos e técnicas de ensino, desenvolvidos dentro da orientação geral de reformulação educacional. Assim, desde que economicamente viável, recomenda-se a estruturação de cursos por correspondência, a utilização do rádio, do cinema e da televisão; a introdução de um flexível sistema de monitoria ou supervisão; a realização de cursos intensivos de educação básica e de treinamento profissional.

A assistência técnica, coordenada por órgãos centrais da administração pública federal brasileira, prestada, criteriosamente, às unidades escolares através de missões pedagógicas, deverá visar ao incremento da eficiência de todo o sistema. Preparação de material didático, atualização permanente do corpo docente e melhoria de equipamento e instalações constituem objetivos a serem perseguidos pelos programas de assistência técnica. O desenvolvimento do serviço de orientação educacional e profissional; a instalação de bibliotecas, laboratórios, salas e recursos audiovisuais, constituem modalidades auxiliares de modernização da rede educacional.

A expansão da rede de ensino público médio é meta prioritária deste plano. Embora reserve as parcelas mais expressivas dos seus recursos à rede pública, o Governo poderá financiar o sistema privado de ensino médio, em suas necessidades de equipamento didático, construção, aperfeiçoamento de pessoal, instalação de serviços técnicos, etc. Essa ajuda será mobilizada por intermédio de uma organização específica de financiamento da Educação, a ser criada, que atenderá a programas e projetos específicos estando a ajuda eventual condicionada ao cumprimento, por parte dos postulantes, de exigências governamentais pré-fixadas em relação à qualidade dos cursos e à obrigatoriedade de concessão de bolsas de estudo.

Nos recursos a serem concedidos à rede de ensino particular, dar-se-á prioridade aos estabelecimentos que, sem finalidade lucrativa, apresentem o melhor trabalho pedagógico.

As escolas de finalidades lucrativas receberão ajuda oficial, através de financiamentos, desde que apliquem em investimentos que beneficiem diretamente os alunos, elevando a qualidade do ensino. Os montantes emprestados deverão ser reembolsados sob a forma de bolsas de estudo a alunos carentes de recursos.

Uma rigorosa programação na aplicação de recursos deverá constituir ponto essencial do Plano e nela se levará em conta a prioridade das áreas favorecidas pelo ensino primário de maior vulto e eficiência, de maior concentração demográfica e em desenvolvimento.

No segundo ciclo do ensino de nível médio, o problema dos cursos profissionais - normal, industrial, agrícola e comercial - deverá merecer tratamento adequado, capaz de ajustá-los à nova orientação. As escolas agrícolas e industriais existentes, de 1º ciclo, deverão ser mantidas, coexistindo, temporariamente, com o ginásio orientado para o trabalho, em certas áreas, enquanto se procurará eliminar outros cursos profissionais, neste nível, com a sua incorporação ao ginásio orientado para o trabalho. Os novos colégios industriais e agrícolas, sempre que possível, serão implantados mediante reequipamento ou adaptação dos násios correspondentes, de modo a poupar investimentos vultosos. O reequipamento dos colégios industriais, por seu turno, receberá tratamento especial.

Os cursos comercial e normal deverão ser reestruturados e a sua expansão restringir às necessidades localizadas, enquanto a rede de ensino agrícola deverá expandir-se, recebendo estímulos crescentes e preparando mão-de-obra especializada.

Evitar-se-á, nas escolas industriais e agrícolas do 2º ciclo, que uma especialização excessiva dificulte o permanente ajustamento do técnico a novas situações tecnológicas e culturais surgidas. O treinamento ou estágio em serviço assegurará a melhor racionalização do aprendizado, possibilitando a intensificação do ensino teórico de disciplinas destinadas a alargar os conhecimentos gerais.

Por outro lado, a diversificação da 3ª. série colegial

ou a criação de uma 4a. série colegial propedêutica, consequência da livre estruturação do seu currículo, destinado ao preparo para a escola superior, deverá ser consagrada em todos os centros que ofereçam condições para tal. Com isso, evitar-se-á que a transição do ensino secundário para o ensino superior se faça bruscamente, com prejuízos para o aluno e para a Universidade. A idéia do Colégio Universitário, funcionando junto às faculdades, constitui nova modalidade de articulação eficaz dos níveis de ensino, devendo a sua implantação e ampliação ser incentivada pela União.

#### V.6 - Medidas Preconizadas no Ensino Superior

As medidas visarão o maior atendimento da demanda de educação superior - observadas as exigências prioritárias do desenvolvimento sócio-econômico do País - sem prejuízo de que se exija a não diminuição da eficiência do ensino. Ao contrário, será buscada a sua melhoria. Em outras palavras: as medidas preconizadas pretendem o aumento quantitativo e qualitativo da eficiência do sistema de ensino superior do País.

o ponto básico para a compreensão deste Plano, a idéia de que o ensino superior é parte de um todo - que constitui o sistema educacional do País - correlacionado aos demais graus de ensino e em estreita solidariedade com as estruturas econômicas e social globais da Nação.

Essa premissa implica em que a reformulação do ensino superior ou seja, a Reforma Universitária, tem seu sucesso ligado à reestruturação de todo o sistema educacional. Por outro lado, os vários planos em que se desdobra o ensino superior devem merecer tratamento simultâneo, de vez que o fracasso em um deles trará repercussões negativas para todo o sistema.

Consideradas as diversidades regionais e a complexidade do sistema educacional brasileiro, o Plano exige que as medidas propostas sejam levadas à concretização, com singular flexibilidade. As próprias relações entre os órgãos destinados à administração do ensino superior devem estabelecer-se elasticamente, levando, contudo, em conta os princípios gerais sugeridos neste Pro-

grama, que consubstancia a idéia da Reforma Universitária, já iniciada no País.

Tais medidas podem ser resumidas nos seguintes itens:

- a) aumento das possibilidades de atendimento da demanda de oportunidade de educação superior, ou seja, aumento de vagas nas diversas unidades de ensino superior, universitárias ou não;
- b) ampliação do sistema universitário brasileiro, pela maior diversificação dos tipos de formação oferecidos;
- c) criação de carreiras curtas, destinadas a formar técnicos que se coloquem como escalão intermediário entre os "técnicos de nível médio" e os profissionais universitários formados em cursos de longa duração;
- d) o desenvolvimento ou a implantação de núcleos dentro de Universidades, que possam servir como CENTROS AVANÇADOS DE FORMAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE, liderando a formação de recursos humanos para o desenvolvimento, harniosamente planejado, do ensino superior do País.

A ampliação do sistema universitário brasileiro apresenta aspectos quantitativos e aspectos ligados à diversificação e reformulação curriculares, periódicas, constituindo o primeiro problema que exige rápida solução.

A referida ampliação deverá proporcionar o atendimento da demanda de oportunidades de formação de nível superior e, simultâneamente, o da mão-de-obra qualificada, quantitativamente suficiente para as exigências do mercado de trabalho.

O desequilíbrio observado entre a procura e a oferta de vagas, principalmente nos cursos que levam à formação de profissionais considerados de importância "estratégica" para o desenvolvimento do País - ciências da saúde, engenharia, química, etc. - precisa ser urgentemente atenuado.

Embora pela característica eminentemente seletiva do ensino superior não se possa colocar como meta o atendimento total da demanda de vagas, não se pode negar que há necessidade de uma reformulação do modo de se proceder à seleção, bem como da política de distribuição de vagas pelas diversas modalidades educaçionais.

Tais como se realizam hoje, os exames vestibulares não atendem às necessidades, quer da seleção qualitativa, quer quantitativa, dos candidatos. Todavia, a solução simplista da extinção dos vestibulares não pode ser postulada. Será necessário que tais exames sejam escoimados dos vícios que proventura acobertem (especialmente os que possam levar a uma discriminação econômica e social), a fim de se transformarem em mecanismo de seleção dos mais capazes.

Seria desejável que o vestibular adotasse processos que garantissem a avaliação não só dos conhecimentos básicos essenciais ao ingresso na Universidade, mas também das potencialidades dos futuros universitários e da adequação de suas qualidades à natureza dos cursos por eles escolhidos. A utilização das técnicas modernas de seleção vocacional, complementadas com diversos processos de aferição de mérito e aptidões, será medida valiosa na reformulação do sistema vigente de exames vestibulares.

Igualmente, a constituição de comissões mistas, compostas de educadores dos graus médios e superior de ensino, encarregadas de formular os exames em pauta, deve ser considerada medida essencial para a melhoria de seu conteúdo.

Independentemente do aprimoramento dos processos de seleção para ingresso no curso superior, é preciso considerar a necessidade da ampliação de vagas, especialmente nos cursos onde elas se mostram insuficientes, constituindo-se este aspecto no ponto central de uma política de imediata expansão universitária.

A adoção do sistema de vários turnos para atender à demanda dos cursos mais procurados é alternativa de segura viabilidade, numa política geral de ampliação de vagas em escolas superiores tradicionais. Essa multiplicação de turnos não objetiva, especificamente, o uso de horários de aula, variados, num mesmo dia e ao longo de mesmo ano civil. Ela apresenta modalidades dinâmicas que já vêm sendo provadas e aprovadas (x) e que representam, pelo menos, a possibilidade de triplicação da capacidade de uma escola superior, sem perda da qualidade do ensino. Para isso, entretanto, será necessário:

- a) abandonar o conceito tradicional da coincidência do ano escolar com o ano civil;

---

(x) Plano Piloto de Ensino Integrado, em Odontologia, da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, em Diamantina.

- b) pôr de lado a usual distribuição das férias escolares, adaptando-a a um conceito de maior produtividade e conveniência do ensino;
- c) adotar a técnica do ensino globalizado de matérias formativas, curriculares.

Em outras palavras: o Governo deflagrará, no ensino superior, a "Operação Produtividade", na qual as medidas fundamentais, já citadas, deverão ser complementadas com outras - de caráter didático - que garantam pleno êxito à iniciativa, desde que atendidas certas peculiaridades inerentes à sua dinâmica (ver detalhes da estratégia a seguir em Documento Especial do "Programa Estratégico": "Operação Produtividade da Escola Superior").

Outra alternativa, capaz de minorar a escassez de vagas, em escolas tradicionais, é a da concessão de certificados e diplomas correspondentes a etapas cumpridas do curso, os quais possam habilitar ao exercício de tarefas específicas, em determinados setores do âmbito profissional respectivo, garantindo, ao mesmo tempo, a possibilidade de continuação, em qualquer tempo, dos estudos interrompidos. A polivalência dos "créditos de escolaridade", que se inicia nas Universidades reestruturadas nos termos do Decreto-Lei 252, de 28.2.1967, habilitando a diferentes cursos profissionais de área comum, melhorará, sem dúvida, a perspectiva da procura de vagas nas diversas Faculdades de cunho tradicional.

Ao considerar o problema de exames vestibulares é preciso levar em conta alguns fatos que são iminentes como decorrência da Reforma Universitária. De fato, com a criação dos Institutos Básicos, que servirão para dar ensino fundamental a candidatos destinados a diversas carreiras profissionais, não mais será necessário a dotar certas medidas de emergência como o vestibular para carreiras afins, combinado com o direito de opção por cursos correlatos que apresentem excesso de vagas.

Cabe aqui, salientar que, cumprida a primeira etapa da Reforma Universitária, torna-se indispensável criar, nas Universidades, carreiras curtas, bastante diversificadas, que se destinarão àqueles que, já tendo concluído o 2º ciclo do ensino médio, não possuem conhecimentos ou aptidões para cursos longos, mas também não desejam ingressar, imediatamente, na força de trabalho.

Esses cursos técnicos, de um ou dois anos, paralelos ao ciclo universitário, virão atender às exigências de desenvolvimento do País, uma vez que se faz necessária a formação de numerosos tipos de profissionais intermediários, entre aqueles que se graduam usualmente no ensino superior brasileiro, em cursos longos, e os técnicos de nível médio.

O rigoroso disciplinamento da expansão dos cursos superiores deverá pautar-se pelas exigências do mercado de trabalho, nacional ou regional.

A reorientação dos critérios de expansão do ensino superior - em função das necessidades do desenvolvimento - e, até mesmo, a revisão da situação existente, são essenciais para que se evite o paradoxo atual, de capacidade ociosa em certas modalidades, simultaneamente com a existência de grande volume de "excedentes" em outras categorias, não raro essenciais aos programas de desenvolvimento.

A semelhança do programa de constituição de "CENTROS DE EXCELENCIA" na área científica e tecnológica, será necessário, para a execução do programa educacional, consagrar recursos significativos a certas instituições de ensino universitário, com o objetivo de prepará-las adequadamente para liderar a formação de recursos humanos, de nível superior, no País.

Em tais CENTROS AVANÇADOS DE FORMAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE, merecerão cuidado especial os cursos de pós-graduação, regularmente organizados dentro das normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação, levando à obtenção dos graus de Mestre e Doutor, considerados títulos válidos para a carreira de magistério superior. Na constituição desses cursos de pós-graduação as disciplinas que visem dar formação pedagógica e introduzir o graduado nas linhas mestras da metodologia da investigação científica, não poderão ser esquecidas.

Os CENTROS AVANÇADOS em causa encontrarão apoio nos organismos governamentais que, cuidando da distribuição de Bólsas de Estudos a graduados docentes - ou que visem ingresso na carreira docente (x) - garantirão aos interessados meios que lhes permitam

(x) Dentre esses organismos citam-se: a CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - e o CNPq - Conselho Nacional de Pesquisas - que operam, inclusive, coordenando auxílios do estrangeiro, oferecidos para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior, sob a forma de Bólsas de Estudos.

realizar, sem entraves, os cursos referidos.

Alguns princípios gerais deverão prevalecer nos planos de expansão universitária, obedecendo à seguinte escala de prioridade:

- 1) utilização da capacidade ociosa existente;
- 2) expansão das escolas já instaladas, com padrões qualitativos satisfatórios e demanda de vagas comprovadamente superior à oferta;
- 3) criação de novas escolas ou cursos, nas universidades existentes;
- 4) estabelecimento de novas escolas isoladas.

A possibilidade de, em determinadas etapas de desenvolvimento nacional, existirem certos cursos universitários que assumam caráter prioritário, justifica a ênfase que a eles venha a ser dada.

O pleno aproveitamento da rede de ensino superior, em seus aspectos materiais e culturais, de pessoal e equipamento, é a medida preliminar sugerida.

A reformulação do cálculo de estimativa de vagas, que se impõe, levará em conta levantamentos, sistemáticos e periódicos, realizados por órgãos especializados, compostos por professores e técnicos, nas Universidades. A caracterização, aqui e ali, da capacidade ociosa de espaço físico e produção docente - expressa nas relações existentes entre aluno-espaço e aluno-professor - constitui, conseqüentemente, a etapa preliminar do plano destinado a possibilitar o integral aproveitamento da rede de educação superior.

Quando precisarem ser implantados novos estabelecimentos de ensino superior, dentro de um planejamento geral, deverão eles atender a um mínimo de requisitos, materiais e culturais - corpo docente, instalações, disponibilidade de equipamento, etc. - e subordinar-se à idéia prioritária da concentração do ensino e da pesquisa em centros adequados.

Através de assistência técnica recebida dos órgãos competentes, sempre que se fizer necessário, as novas unidades cumprirão um programa preparatório, paralelo à sua implantação, destinado a assegurar-lhes viabilidade.

Evitando-se a proliferação de escolas ou cursos isolados, de produtividade problemática, devem ser, entretanto, criados, em locais criteriosamente escolhidos, colleges - modelo, vinculados a uma Universidade que funcionará como órgão central. Tais colleges, com autonomia didática e administrativa, funcionarão paralelamente aos Institutos universitários e sem prejuízo deles; aí, o aluno poderá cumprir uma parte de sua tarefa acadêmica que virá a ser completada, eventualmente, no órgão central, significando ponderável economia de escala.

Embora, no ensino superior, a evasão escolar e repetência não assumem a proporção atingida em outros níveis de ensino, não se pode pôr de lado o fenômeno, em certos cursos, principalmente se correlacionado com a pequena procura deles por parte dos candidatos a carreiras de nível universitário. A carência de alunos em função de vagas disponíveis, em cursos que habilitam ao exercício de profissões de conteúdo estratégico para o País é ocorrência perturbadora de sua fluência.

Impõem-se, neste caso, especialmente, medidas preventivas, tais como a ampla divulgação da natureza e atualidade dos cursos, através de campanhas de orientação vocacional ou profissional, ao lado de medidas gerais de planejamento educacional amplo e melhoria do ensino médio.

Alguns problemas inerentes à utilização dos recursos humanos de nível superior poderão receber tratamento adequado em órgãos de informação profissional e ocupacional, que as Universidades venham a criar. As transformações do mercado de trabalho, ditadas por modificações da estrutura econômica nacional, o regime de trabalho intensivo nas Universidades, a melhoria do nível do professorado, bem como a utilização de processos didáticos mais modernos, constituem outras medidas capazes de reduzir a repetência e a evasão, nas modalidades de ensino superior em que isso se observa, a índices vegetativos insignificantes.

A reformulação do nível, conteúdo e duração dos currículos, visando a ampliar a eficiência da formação profissional e adequar a Universidade a seus objetivos, o estímulo à diversificação profissional; a diferenciação do ensino superior quanto às finalidades, níveis e variedades dos cursos, constituem medidas capazes de imprimir novo sentido à autonomia criadora das universidades

brasileiras.

Os centros ou cidades, universitários, que já despontam em algumas localidades de território nacional, serão construídos sistematicamente, de acôrdo com prioridades demográficas, econômicas e sociais, em padrões condizentes com as características do meio e a disponibilidade de recursos.

É preciso atentar para a atual situação do corpo docente do sistema de ensino superior brasileiro, a qual se mostra paradoxal: ao mesmo tempo em que existe capacidade ociosa de mestres, há dificuldade em recrutar novos professores de bom nível. O fato se deve, em grande parte, à política salarial vigente e, em parte, a problemas que nascem das próprias condições intrínsecas ao desenvolvimento da carreira universitária, principalmente incompreensão quanto às atividades que competem ao professor de ensino superior.

Deverão merecer igual tratamento na Universidade, sendo desenvolvidas paralelamente, as atividades do magistério e de pesquisa, a formação profissional e a científica. As atividades de pesquisa - pura ou aplicada - pela repercussão que têm no meio em que se desenvolvem, dentro de adequada definição de objetivos, devem atrair expressiva soma de recursos. A pesquisa científica, na Universidade, expandir-se-á em dois sentidos: como fim, nos institutos de pesquisa, voltada para os resultados específicos que possa obter em termos de "descoberta" (de cunho teórico ou de aplicação prática) e, como meio de formação acadêmica, nos departamentos que a usem como instrumento para a instalação de mentalidade científica nas futuras elites egressas da Universidade. A concomitância das atividades didáticas com as de pesquisa não excluirá uma eventual opção preliminar, por parte de elementos do corpo docente universitário, em termos de seu principal centro de interesse.

A implantação dos cursos de pós-graduação, levando ao Mestrado e ao Doutorado, em Universidades estrategicamente situadas; a permuta de professores universitários, em escala nacional ou regional ou, pelo menos, a contratação de professores-visitantes; a racionalização da concessão de Bolsas de Aperfeiçoamento no País e no estrangeiro - a professores e/ou pesquisadores brasileiros - de acôrdo com as necessidades do ensino e da pesquisa; o comissionamento de professores e pesquisadores especiais ou, de equipe de técnicos, nacionais ou estrangeiros, por tempo determinado; a adoção do sistema de tutoria, capaz de multiplicar os resultados do ensino, cons-

tituem medidas complementares indispensáveis à melhoria do nível do pessoal docente - na atividade docente incluídas as tarefas da investigação científica.

A melhoria dos Centros de Estudos, regionais e nacionais - para treinamento avançado de pessoal universitário - bem como a ampliação e a modernização de bibliotecas, acompanhada da implantação racional de sistema de acesso à documentação bibliográfica, serão medidas destinadas a complementar a concretização das idéias expostas no item anterior.

É mister não esquecer, por outro lado, que o aperfeiçoamento do padrão de trabalho de professores e pesquisadores está, de certa forma, diretamente vinculado ao problema do salário real por eles percebido nas Universidades. A introdução de um regime flexível de trabalho baseado, por exemplo, no sistema de remuneração por tarefa ou hora de trabalho poderia, provavelmente, apresentar reflexos benéficos para os fins visados.

A fim de que haja, para cada professor, remuneração condizente com o trabalho que realiza, poder-se-ia adotar o critério de manter, nas Universidades Federais, o salário vigente até o próximo reajustamento de salários do funcionalismo, como parte fixa da remuneração, a qual seria acrescida, após o aumento, de uma parcela móvel, diretamente proporcional ao número de horas trabalhadas. Esta última parcela sairia da cifra global destinada ao aumento dos salários dos professores de ensino superior dentro de cada Universidade ou estabelecimento isolado. Os vencimentos seriam, portanto, proporcionais ao esforço dispendido pelo docente ou pesquisador:

A parcela móvel deverá ser calculada e distribuída para cada Universidade ou estabelecimento isolado e não para todo o sistema federal de ensino superior, visando facilitar o cálculo, que ficará condicionado ao controle dos horários do corpo docente. No cálculo do salário-hora dever-se-á considerar também o estágio da carreira em que se encontra o docente (auxiliar, assistente, professor) bem como sua qualificação acadêmica (títulos de mestre, doutor, livre-docente, etc).

Tais inovações visarão à elevação do nível de renda do corpo técnico das universidades e ao estímulo a atividades crescentes. Medidas que poderão dar resultados, a curto prazo, são: a substitui

ção de profissionais universitários - catedráticos ou não - que não apresentem condições de elevação de produtividade, por outros mais habilitados; a concessão de facilidades de habitação, locomção, moradia e enriquecimento intelectual permanente a elementos que aceitem cumprir tarefas em regiões consideradas "difíceis" e a instituição gradual do regime de "tempo integral", especialmente nas áreas de Conhecimentos Fundamentais (matérias básicas), acompanhado de providências para um sistema de remuneração condizente com as obrigações assumidas.

De acordo com a pesquisa sobre "status" sócio-econômico do estudante universitário brasileiro, recentemente realizada pelo INEP, do Ministério de Educação, o número de alunos carentes de recursos é pequeno.

Tendo em vista a necessidade de recursos adicionais para o setor educacional e levando-se em conta que grande parcela desses recursos deverá ser destinada à expansão e manutenção do ensino primário e médio, sugere-se a cobrança de anuidades no ensino superior, a fim de financiá-lo, ao menos parcialmente, enquanto não houver a suficiente democratização do ensino médio.

No sistema de cobrança de anuidades, três tipos de tratamento se impõem:

1º - cobrança da anuidade no início do ano letivo, aos alunos dotados de recursos financeiros;

2º - financiamento das anuidades ao longo do curso, aos componentes da classe média;

3º - bolsas de manutenção sem reembolso e financiamento das anuidades, para o pagamento, em parcelas, após a conclusão do curso, aos alunos carentes de recursos(x),

O aprofundamento das relações da Universidade com o meio, constitui corolário da idéia básica da Reforma universitária, instituindo a correlação ordenada que o sistema educacional deve manter com a estrutura econômica e social global. Além de requerer maior adequação da Universidade às exigências nacionais, essa orientação implicará sob certas condições, numa abertura da instituição a re

---

(x) Será importante estudar a forma operacional a ser adotada e anunciar-lá com grande antecedência em relação à época de matrículas, a fim de que os novos alunos já tenham conhecimento prévio das condições a prevalecer.

representantes da comunidade. Cada Universidade deverá, ainda, de acordo com suas peculiaridades e, dentro da flexibilidade que lhe é outorgada, formular um corpo de doutrina e normas, induzido da realidade em que opera e, que, analisado, seja capaz de informar sobre sua atuação.

Se ligação mais íntima da Universidade com o meio faz-se necessária em todos os setores, é imprescindível a intensificação de suas preocupações e relações com os demais níveis de ensino. É urgente, por exemplo, a diversificação do sistema universitário destinado à formação de professores para o nível médio a fim de preencher certas lacunas observadas presentemente (professores de matérias específicas do ensino colegial técnico, do ensino colegial normal, das práticas educativas do ensino básico ginásial, etc.).

A reorganização da administração universitária é medida indispensável para assegurar o êxito e a execução da reforma da Universidade. A participação efetiva de todos os escalões docentes e técnicos nas decisões, inclusive de ordem administrativa, das universidades, faculdades e institutos, assim como a estruturação de órgãos de gestão acadêmica, constituem providências tendentes a intensificar a integração universitária e, indiretamente, a promover estímulo para a carreira docente.

A transformação da estrutura administrativa da Universidade, assegurando o êxito dos objetivos propostos, deverá reverter na eficácia e adequação de ensino à realidade brasileira e aos interesses nacionais. A alteração do regime de trabalho do professor; a introdução do sistema de concurso público para o preenchimento de cargos administrativos; a utilização de processos que possibilitem a aferição periódica do rendimento do trabalho - criador e docente, para os elementos do quadro técnico - de todos aqueles que estão engajados na Universidade; a consagração do concurso de provas e/ou títulos para a admissão de professores, instalado o princípio de "carreira docente"; a substituição do atual sistema de subvenções às instituições de ensino superior por outro, onde não se verifique o automatismo e no qual haja condicionamento à sua integração nos planos educacionais, à qualidade do ensino ministrado e à adoção de orçamentos-programa, constituem as demais medidas que, ao lado do planejamento educacional e do con-

trôle de sua execução pelo Governo Federal, irão assegurar o êxito da reforma.

O planejamento e a programação específica de todas as atividades universitárias, de modo a atender às necessidades do meio através de seus diversos níveis e ramos, devem ser formulados por órgãos técnicos instalados nas próprias Universidades, mas vinculados ao Planejamento Nacional.

O planejamento global que estabelecer os princípios norteadores do ensino superior deverá levar em conta, como idéias-guia, as de mobilidade vertical do ensino, crescimento solidário dos três níveis e adequação do sistema educacional à estrutura social global do País.

CAPÍTULO VI  
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

VI.1 - Introdução

Este capítulo tem por finalidade dar uma idéia da evolução dos gastos nacionais globais com educação e de conseqüente incremento de recursos para atendê-los.

Elaborado o programa de dispêndios (a ser apresentado em outra parte) para o atendimento das metas qualitativas e quantitativas fixadas para o triênio 1968-1970, procurou-se avaliar os recursos disponíveis para o seu financiamento, discriminados segundo suas origens.

VI.2 - Recursos Internos

VI.2.1 - Recursos Públicos

Para estimar os recursos internos públicos disponíveis foi considerado a estimativa do setor de Orçamento e Finanças (SOF), do Ministério do Planejamento, para as despesas globais da União durante o triênio.

Como já se dispunha de um Orçamento-Programa aprovado para 1968, no qual se previa um dispêndio orçamentário de NCr\$ 921 milhões(+) na esfera da União, e tendo-se a estimativa de aplicação de NCr\$ 40 milhões do Salário Educação, e NCr\$ 10 milhões de recursos próprios, bem como de NCr\$ 5 milhões do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), o gasto total deste ano ficou determinado em NCr\$ 976 milhões.

Para 1969 e 1970, consideraram-se os acréscimos de, respectivamente, 7% e 6% no Orçamento global do Ministério da Educação e a constância dos gastos de custeio orçamentários da União com o programa; estimaram-se ainda os recursos próprios, derivados do salário-educação e da MOBREAL, chegando-se aos números do Quadro 29.

---

(+) Incluindo as despesas com aumento do funcionalismo, no valor de NCr\$ 71,1 milhões, bem como a transferência de NCr\$ 60 milhões a ser realizada de sub-programa de administração do Ministério da Fazenda para o sub-programa de educação do Ministério da Educação e Cultura, para cobrir os gastos com os cargos vagos das Universidades.

QUADRO 29

	RECURSOS FEDERAIS PARA EDUCAÇÃO				
	ORÇAMENTÁRIAS	SALÁRIO-EDUCAÇÃO	PRÓ- PRIOS	MOBRAL	TOTAL
1968	921	40	10	5	976
1969	1 009	45	15	90	1 159
1970	1 067	50	15	95	1 227

No caso dos Estados e Municípios, partiu-se da estimativa de suas arrecadações de impostos e admitiu-se uma destinação para a Educação da ordem de 17% (já incluída a parcela estadual do salário-educação). Deve ser observado, entretanto, que não se dispõe, atualmente, de dados que possam precisar os montantes aplicados pelos diferentes Estados e Municípios na área da Educação, de modo que o índice de 17% é apenas estimativa.

Utilizando-se as proporções referidas, chegou-se aos recursos públicos disponíveis para a Educação (colunas 4, 5 e 6 do Quadro 30).

VI.2.2 - Recursos Privados

A observação dos dados disponíveis para os anos anteriores permitiu estimar os dispêndios das instituições privadas (pessoas jurídicas) como equivalentes a cerca de 10% do total de recursos públicos em educação. Os recursos, assim projetados, foram colocados na coluna 7 do Quadro 30, e os recursos internos totais, soma das colunas 6 e 7, em cada ano, foram postos na coluna 8.

VI.3 - Recursos Externos

Os recursos externos já disponíveis para os próximos três anos foram discriminados pelas principais agências internacionais que cooperam financeiramente com a educação brasileira.

Estes recursos englobam as contribuições da AID em diversos campos, sendo mais relevantes os destinados por esse or-

ganismo à Campanha Nacional de Alimentação Escolar; os financiamentos do BID às Escolas Técnicas Industriais e universidades; os decorrentes de convênios com os países do leste europeu para o equipamento de Universidades e Escolas Industriais e os programas regulares de assistência técnica e financeira da Ford Foundation, das Nações Unidas e de outros organismos que atuam no Brasil.

Um parêntese deve ser aberto, no entretanto, para explicar que nem todos os recursos assinalados na coluna da AID já têm sua destinação prevista para os anos de 1969 e 1970, mas pode se frisar que são recursos que ingressarão certamente, para atender às prioridades do momento, segundo o julgamento dos técnicos do governo brasileiro e funcionários daquela agência.

#### VI.4 - Considerações Finais

Os valores obtidos no Programa de Dispêndios foram transcritos nas colunas 16, 17 e 18 do Quadro 30, com um acréscimo de 5% para gastos eventuais, correspondendo às aplicações previstas para o triênio. Verifica-se que os recursos disponíveis em cada ano são superiores às aplicações, havendo um saldo crescente.

A relação entre as aplicações em educação e o PIB (coluna 20), mostra-se crescente, passando de 3,33% a 3,46% (de 1968 a 1970), muito embora sem atingir um nível elevado no contexto mundial (ver Quadro 38 do Diagnóstico Preliminar de Educação, vol. I - EPEA).

Finalmente, deve-se ter em conta que a importância do setor educacional justificará o esforço econômico e financeiro no período 1968-70. Este esforço, deve ser, entretanto, empreendido com toda cautela, em virtude dos elevados índices de desperdício atualmente verificados no sistema nacional de ensino. Somente se poderá alocar à educação os maciços recursos previstos neste programa, no caso de serem observadas todas as suas recomendações tendentes a racionalizar o sistema de ensino no País, elevando-se, consideravelmente, a sua produtividade.

QUADRO 30

BRASIL: ESTRUTURA DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO 1968 - 70

ANO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
	PIB	DESPESAS DA UNIÃO	RECEITA DE IMPOSTOS (ESTADOS E MUNICÍPIOS)	RECURSOS INTERNOS				RECURSOS EXTERNOS							TOTAL DE RECURSOS	APLICAÇÕES			SAÍDO (+) ou DEFICIT (-)	APLICAÇÕES EM EDUCAÇÃO COMO % DO PIB
				PÚBLICOS			Privados	Total	AID	BID	FORD	PAÍSES DO LESTE EUROPEU	OUTROS	Total		INVESTIMENTOS	CORRENTES	Total (\$)		
1968	78.700	10.990	8.090	976	1375	2351	235	2586	100	26	2	54	4	186	2772	318	2498	2623	+149	3,33
1969	83.600	11.630	9.120	1179	1550	2699	270	2969	100	16	2	35	4	157	3126	346	2733	2870	+256	3,43
1970	88.900	12.120	10.160	1197	1727	2924	292	3216	100	16	2	27	4	149	3365	382	2935	3081	+284	3,46

(+) O total não corresponde à soma das parcelas. Há um acréscimo de 5% para dispêndios eventuais.



